

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIELA FELISBINO DA SILVEIRA

**“ATRÁS DO ZÉ PEREIRA SÓ NÃO VAI QUEM JÁ MORREU”:
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA FREGUESIA DE
NOSSA SENHORA DA LAPA DO RIBEIRÃO DA ILHA.**

Florianópolis, Março de 2010.

MARIELA FELISBINO DA SILVEIRA

**“ATRÁS DO ZÉ PEREIRA SÓ NÃO VAI QUEM JÁ MORREU”:
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA FREGUESIA DE
NOSSA SENHORA DA LAPA DO RIBEIRÃO DA ILHA.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para o título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientação: Profª Drª Alicia N. G. de Castells

Florianópolis, Março de 2010.

Aos meus pais: João e Zeni.

*"Um pedacinho de terra,
perdido no mar!...
Num pedacinho de terra,
beleza sem par...
Jamais a natureza
reuniu tanta beleza
jamais algum poeta
teve tanto pra cantar!"*

[Zininho - Rancho de Amor À Ilha]

AGRADECIMENTOS

Tantas pessoas de forma direta ou indireta contribuíram para que este trabalho fosse realizado. Acredito que todos que passam por nossas vidas contribuem de alguma maneira, mas há algumas em especial que gostaria de AGRADECER.

Em primeiro lugar a meus pais, que me deram a vida e me ensinaram a ser tudo o que hoje eu sou. Eles sempre acreditaram que eu ia chegar lá, mesmo sem saber para onde estava indo. A minha irmã, que mesmo com algumas diferenças na maneira de vermos a vida aprendemos a conviver harmoniosamente e a torcer uma pela outra. A alguns familiares mais próximos, que sempre me ajudaram em várias circunstâncias e torceram por mim, de perto ou de longe.

A todos os amigos sempre prontos para me ajudar e ouvir a qualquer hora, em especial Regiane, Ariana, Suzana e Elizandra, amigas de longa data sempre presentes em minha vida. A meu namorado Bruno, pelo amor, carinho e compreensão ante as minhas ausências em função do trabalho.

A toda equipe do NAUÍ pelo compartilhamento de experiências e aprendizados. No NAUÍ iniciei a caminhada acadêmica e pude viver minha primeira experiência como pesquisadora, o que foi muito importante. Em especial, a Camila Sissa, que me apresentou ao núcleo; a Ana Cristina que se mostrou grande conselheira e amiga além de ótima corretora e interlocutora privilegiada, seu grande e valioso auxílio foi fundamental para este trabalho; e à Professora Alicia Castells, minha orientadora, amiga, conselheira não só durante a realização deste trabalho, mais em toda a minha jornada. Obrigada pelas oportunidades oferecidas, espero poder continuar caminhando com vocês.

A todos os professores do curso de Ciências Sociais, tanto do bacharelado quando da licenciatura, que contribuíram para o meu crescimento ao longo desses 5 anos de caminhada. A Fátima, chefe do expediente do departamento de Antropologia, pelos papos, ajudas e conselhos regrados a cafezinho sempre oferecido com carinho.

A todos da turma 042 que se mantiveram próximos de alguma forma. Desta turma saíram amigos os quais pretendo levar para toda a vida. De amigos de bares e hora felizes, não menos importantes, a amigos com que dividi tristezas, alegrias, aflições e crises, (acadêmicas e pessoais). A Lara e a Katana, que são tão diferentes e tão parecidas ao mesmo tempo. Devo a elas alguns dos melhores momentos da minha vida. Com a Lara dividi minha primeira

experiência em campo e todas as aflições acadêmicas. Com ela me aventurei em novos gostos musicais de Pink Floyd a Zeca Baleiro. A Katana foi a primeira pessoa que conheci no curso de Ciências Sociais e foi ela também a primeira a oferecer abrigo para eu poder ficar até mais tarde nas festinhas da UFSC. Juntas, somos e sempre seremos “as três porquinhas” das Ciências Sociais.

E por fim, mas não menos importante, à todos os moradores do Ribeirão da Ilha e a equipe da Sociedade Musical e Recreativa Lapa, que me ajudaram na elaboração da pesquisa direta ou indiretamente. Esse trabalho é de vocês! Foi a partir das falas obtidas, tanto em campo quanto informalmente, que pude conhecer e aprender mais sobre esse lugar que já mora no meu coração.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objeto de estudo a folia do Zé Pereira na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, uma festa que acontece desde o início do século XX e que por gerações envolve parte da comunidade local e dos membros da Banda Nossa Senhora da Lapa. Neste trabalho, buscamos elaborar uma etnografia sobre a festa, traçando sua história desde o surgimento até a atualidade, a partir de uma abordagem teórica que privilegie a perspectiva do Patrimônio Cultural e o conceito de festa nas Ciências Sociais, especialmente na Antropologia.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, Carnaval, Festa, Zé Pereira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Programação oficial do carnaval catarinense	36
Figura 2: Folder vinculado no sitio eletrônico da Banda da Lapa	37
Figura 3: Entrada oficial da Festa do Zé Pereira 2010	38
Figuras 4 e 5: No dia do Zé Pereira a pacata e histórica Freguesia do Ribeirão da Ilha torna-se um lugar movimentado, com muitos jovens e diversão	39
Figuras 6 e 7: Homenagem e Homenageado	40
Figuras 8 e 9: A pequena faixa de areia é ocupada extraordinariamente por quiosques, assim como as estreitas calçadas em frente aos casarios. Forma-se um corredor duplo: o primeiro existente o ano inteiro, margeado por casas e pelo mar; o segundo, observado excepcionalmente no carnaval, formado pelo comércio ambulante e quiosques	42
Figuras 10 e 11: Bloco das “Chapeuzinhos Vermelho e o Lobo Mal” pronto para a folia	46
Figura 12: Perímetro Urbano da Festa do Zé Pereira	49
Figura 13 – Ocupações - Estacionamento junto ao conjunto arquitetônico da Freguesia	52
Figura 14- Trapiches Particulares - Uso indevido da orla marítima	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - OS “ZÉS PEREIRAS”	13
1.1 As origens do Zé Pereira	13
1.2. O Surgimento do Zé Pereira no Ribeirão da Ilha	14
1.3. A Banda Nossa Senhora da Lapa e a Banda do Zé Pereira	18
1.3.1 Um pouco da História	18
1.3.2 A Sociedade Musical e Recreativa Nossa Senhora da Lapa	19
CAPÍTULO II - A FESTA COMO PATRIMÔNIO:	21
2.1. O Conceito de Festa	21
2.2 Um breve histórico da noção de festa na Antropologia	21
2.3 A festa no Brasil	25
2. 4 A festa como um Bem de Referência do Patrimônio Cultural	29
2.4.1 Patrimônio para quem? A Visão do Cientista Social nas questões do Patrimônio Imaterial	30
CAPÍTULO III – O PASSADO E O PRESENTE DO ZÉ PEREIRA NO RIBEIRÃO DA ILHA	34
3.1 Antes da Folia: A organização da festa	34
3.2 “Atrás do Trio elétrico só não vai quem já Morreu”: É hora da festa começar	38
3.3 O Trajeto do Zé Pereira	48
CAPÍTULO IV – OS “NATIVOS” E OS “DE FORA” NO ZÉ PEREIRA DO RIBEIRÃO DA ILHA	51
4.1. Turismo vs Patrimônio	54
4.1.2 De Quem é o Zé Pereira dos “De Dentro” ou dos “De Fora”?	56
4.2. A Contra Cara da Relação: Estabelecidos X Outsiders	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

Desde que ingressei no curso de Ciências Sociais em 2004 desejava estudar algo que girasse em torno da formação cultural da cidade de Florianópolis e sempre senti falta de disciplinas que abordassem esse tema ao longo da minha graduação.

Em 2006, ao aproximar-me do Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUÍ), coordenado pela Prof^a. Dr^a Alicia Castells, vivenciei minha primeira pesquisa em campo. Era uma parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para aplicação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) em uma comunidade quilombola conhecida como Sertão de Valongo.

Com o passar do tempo, fui amadurecendo a idéia de trabalhar algum aspecto cultural de Florianópolis desde a perspectiva do Patrimônio Cultural. Finalmente, em dezembro de 2007, ao fazer algumas saídas de campo com Camila Sissa Antunes¹, cientista social encarregada da execução do Levantamento Preliminar do Projeto Freguesias Luso-brasileiras na Grande Florianópolis junto ao IPHAN/SC, decidi estudar uma manifestação cultural apontada como forma de expressão por esse trabalho, a festa popular Zé Pereira, que tem como cenário a Freguesia do Ribeirão da Ilha em Florianópolis.

O bairro do Ribeirão da Ilha², assim como outras partes da cidade de Florianópolis, a partir da década de 1970, passa por mudanças relevantes, decorrentes de fatores como o aumento do turismo, desenvolvimento da maricultura³ e chegada de novos moradores na localidade. Esses fatores foram determinantes para o Ribeirão da Ilha – bairro onde a influencia dos seus colonizadores açorianos ainda pode ser vista na arquitetura, gastronomia e até no modo de falar dos seus moradores – e acabaram influenciando também na dinâmica da festa do Zé Pereira, foco do estudo deste trabalho.

O Zé Pereira acontece tradicionalmente há pelo menos cem anos no período que antecede ao carnaval e mobiliza grande parte da comunidade. Desde o início do século XXI, a festa vem ganhando mais adeptos, pessoas de várias partes que se deslocam até o Ribeirão para participar do festejo, o que

¹ Na ocasião auxiliei Camila na revisão bibliográfica e nas saídas de campo realizadas durante o Levantamento Preliminar.

² O Bairro do Ribeirão da Ilha é composto de várias subdivisões que levam nomenclaturas diferentes: Alto Ribeirão, Ribeirão, Barro Vermelho, Freguesia do Ribeirão, Costeira do Ribeirão, Caia-Canga Sul, Tapera da Caieira, Caieira da Barra do Sul.

³ Maricultura é o cultivo de organismos marinhos em seus habitats naturais, geralmente com objetivos comerciais.

gera, entendemos, transformações na maneira como a festa é produzida e percebida pelos moradores da localidade.

Animadas por integrantes da Banda Nossa Senhora da Lapa – que, na época do carnaval, juntam-se para formar a Banda do Zé Pereira –, as pessoas vão pela rua cantando e dançando atrás do cortejo carnavalesco.

Até meados do século XX, as pessoas carregavam lanternas confeccionadas com velas e papéis celofanes coloridos para iluminar o caminho, já que a energia elétrica só chegou ao sul da ilha por volta da década de 1960.

Hoje a banda do Zé Pereira faz seu cortejo em cima de um trio elétrico⁴ tamanha a multidão que a acompanha. Na festa de 2009 estima-se a participação de oito mil pessoas. Por esse motivo, ao escolher o título deste trabalho parafraseie a música de Caetano Veloso “atrás do trio elétrico”. Assim, “atrás do Zé Pereira”, representa as transformações ocorridas com a manifestação popular Zé Pereira ao longo dos tempos. De uma festa que se arrastava pelas ruas estreitas de casas geminadas da Freguesia do Ribeirão da Ilha, ela transforma-se, ganha um trio elétrico que é seguido pela multidão.

Neste trabalho, pretende-se compreender por um lado, a permanência e ou continuidade da festa popular “Zé Pereira” enquanto bem de referência para a comunidade estudada. Por outro, adentrar na relação de disputa estabelecida entre os “nativos” e os “de fora” motivada pelo crescimento da festa Zé Pereira, entre outras condicionantes.

Quanto à metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica e um levantamento de dados secundários sobre o tema escolhido – dissertações, teses, relatórios de pesquisa, jornais, etc. e ainda na mídia eletrônica, em sítios na internet de instituições públicas ou privadas que abordem o tema.

O método utilizado na pesquisa é o qualitativo, o que compreendeu o uso de entrevistas tanto superficiais quanto em profundidade, observação em campo, registros audiovisuais, diários de campo, etc. Para a realização das entrevistas procurei moradores do Ribeirão da Ilha, através de indicações de moradores que eu já conhecia, homens e mulheres na faixa etária de vinte a oitenta anos, nascidos na localidade, com ou sem envolvimento na realização da festa.

A minha inserção em campo aconteceu em momentos diferentes e complementares. Já conhecia o bairro e a festa tratada nessa pesquisa, havia participado de algumas edições entre os anos de 2000 e 2006. Em 2007 durante as atividades do Levantamento Preliminar das Freguesias Luso-Açorianas,

⁴ O trio elétrico é um caminhão equipado com aparelhagem sonora, que se torna uma espécie de palco ambulante onde os artistas se apresentam.

entrei em contato com diversos temas e acabei optando pelo Zé Pereira, por perceber que, dentre os assuntos possíveis de serem tratados como um problema de pesquisa, o Zé Pereira era um dos ainda não encontrados em trabalhos acadêmicos.

Ao decidir tratar o tema, comecei a pensar em um projeto para a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa II. Voltei às celebrações de 2008 e 2009, quando fiz observações participantes e registros audiovisuais – fotos e pequenos vídeos –, diários de campo e anotações decorrentes de conversas informais com moradores do Ribeirão que foram comigo ao Zé Pereira.

A reflexão pós-campo teve ênfase na análise dos discursos, orais e visuais, dos pesquisados, que foram captados nas conversas informais, relatos e entrevistas no decorrer da pesquisa à luz da bibliografia oportunamente consultada.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, iniciamos com um pequeno resgate da origem do festejo no Brasil. Em seguida, abordaremos o seu surgimento na localidade do Ribeirão da Ilha, através da narrativa dos interlocutores, para podermos entender e descrever a festa na atualidade.

No segundo capítulo, apresentaremos sucintamente o conceito de festa na Antropologia em geral e no Brasil para dar maiores subsídios aos dados de campo apresentados. Também incursionaremos na categoria festa desde a perspectiva do Patrimônio Imaterial e desde a visão do profissional da área das Ciências Sociais a respeito das políticas públicas adotadas para a “preservação” e “manutenção” de um dito Patrimônio.

No terceiro capítulo, abordamos a questão das mudanças ocorridas a partir da década de 1970, sua influência na dinâmica da festa e a importância da qual se reveste a banda Nossa Senhora da Lapa na continuidade da folia do Zé Pereira.

No quarto, privilegiaremos a relação existente entre os considerados “nativos” e os “de fora” na festa Zé Pereira revelando a intensidade desta relação após as mudanças ocorridas explicitadas no capítulo anterior. Nesse cenário problematizamos também a natureza do Turismo em relação ao Patrimônio e discutimos a figura do “manezinho” como parte dessa realidade ambivalente da identidade local.

Finalmente nas considerações finais como fechamento do trabalho abordaremos aquelas questões consideradas por nós mais relevantes.

CAPÍTULO I - OS “ZÉS PEREIRAS”

1.1 As origens do Zé Pereira

Viva o Zé pereira!
Que a ninguém faz mal!
Viva o Zé pereira!
No dia do carnaval!⁵

A origem do Zé Pereira é cercada de lendas e episódios pitorescos. Nos relatos encontrados observamos a recorrência de alguns fatos que levam a crer que sua origem é portuguesa e que sua prática no Brasil vem desde os tempos do império.

Segundo o “Dicionário do Folclore Brasileiro”, de Luiz da Câmara Cascudo, Zé Pereira é uma “cantiga acompanhada por bumbos, entoada na véspera do carnaval, anunciando a festa popular e também cantada durante os três dias tradicionais”. É conhecida no Brasil desde meados do século XIX. “Diz-se Zé Pereira ao bombo e ao conjunto dos foliões que o canta. É de origem portuguesa, popular no norte de Portugal e Beiras, com o mesmo nome quanto ao grupo de bumbos que atoa alegre e ferozmente, não apenas no carnaval, mas nas épocas de festas e romarias” (CASCUDO, 1969, p. 799).

Há divergências em relação à origem do Zé Pereira como aborda Ferreira (2005). Em seu *Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro*, ele resgata algumas das versões existentes sobre o surgimento da festa:

Em seu livro ‘História do Carnaval Carioca’, Eneida de Moraes informa que o Zé Pereira teria aparecido nas ruas do Rio de Janeiro em 1846. Luiz Edmundo, em ‘O Rio de Janeiro do Meu Tempo’, fornece a data de 1852. Hiram Araújo cita os anos de 1846, 1848 e 1850 em seu livro ‘Carnaval: Seis Milênios de História.’. (p. 209).

Segundo Ferreira, todos os autores citados a cima, afirmam que a brincadeira teria começando quando José Nogueira de Azevedo Paredes, a quem se atribui à introdução do Zé Pereira no Brasil, decidiu desfilar pelas ruas do Rio de Janeiro, nos dias de carnaval, batendo bombo. Ele ainda diz que há registros nos jornais cariocas desde a década de 1860:

⁵ Segundo Cascudo (1969), Esse é o parágrafo “inicial e clássico”, do Zé Pereira no Brasil.

Um das coisas mais características do nosso carnaval é o chamado José Pereira. A cousa não é feia, é mesmo muito bonita, muito barata: Uma Zabumba, alguns tambores, e daí nasce uma doce harmonia que encanta os ouvidos, não mói a paciência do próximo, e atrai o sufrágio dos moleques. (Semana Ilustrada, 18 de fevereiro de 1866, *apud* Ferreira, 2005, p. 209).

O historiador José Vieira Fazenda fez um relato na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a origem do Zé Pereira. Segundo ele, em 1846 José Nogueira de Azevedo Paredes, “modesto artista sapateiro, pacato burguês, amigo do filho de Pedro (o Imperador)” introduziu o chamado Zé Pereira. Em uma segunda-feira de carnaval, em “amistosa palestra com alguns patrícios, recordando-se das romarias, das estúrdias e estrondos da vida natal, resolveu de súbito com eles sair à rua e ao som de zabumbas e tambores” ir passeando pelas ruas da cidade. O sucesso teria sido grande, tanto que quando voltaram aos seus lares já amanhecia. No Ano seguinte, diz Fazenda, “apareceram os imitadores, mas nenhum deles levou de vencida o primacial Zé Pereira do Paredes, que se distinguia ao longo pela certeza das pancadas no bombo e pelo ritmo dos tambores”. Quanto à origem do nome, dizem que em algumas localidades de Portugal o bombo é conhecido por Zé Pereira; “querem outros, e isto é o mais provável, que na primeira noitada de bom sucesso e influenciados pela vinhaça, os foliões trocavam o nome do chefe e gritavam vivas ao Zé Pereira em vez de Zé Nogueira”. (FAZENDA, 1920, p.291-296).

Se a história narrada por Cascudo, Ferreira e Fazenda é verdadeira, não se sabe, e nem é nosso intuito desvendar tal “verdade”, o que sabemos é que as histórias que giram em torno do surgimento do Zé Pereira no Brasil deixam margem para muitas interpelações e dúvidas, fazendo parte do imaginário popular do país.

1.2. O Surgimento do Zé Pereira no Ribeirão da Ilha

Por meio dos relatos de moradores do Ribeirão da Ilha⁶ entrevistados, podemos perceber que há certa recorrência em relação ao surgimento da festa na localidade.

⁶ Alguns historiadores, entre eles Lucas Alexandre Boiteux e José Turibio Medina, fazem referência à chegada e possível estadia, por volta de 1526, do navegador espanhol Sebastião Cabotto, dizendo que ele aportou no Ribeirão, porque a enseada oferecia um porto natural com estrutura para a construção de embarcações e terra firme para erguerem acampamento. Sebastião Cabotto e seus homens

Entre 1895 e 1930 o carnaval no Ribeirão da Ilha era festejado regularmente e obedecia a uma programação considerada tradicional: Zé Pereira, banho à fantasia ou joga n'água, entrudo⁷, desfile de carros de alegoria e mutação, apresentação de blocos e bailes em clubes. Dessa programação carnavalesca ainda hoje festeja-se o Zé Pereira e realiza-se os bailes em clubes como o Canto do Rio. (PEREIRA, 1991).

O Zé Pereira “*é uma festa de tradição*” (Morador do Ribeirão, 63 anos, 2007). Inicialmente era o prenúncio do carnaval, acontecia todos os anos e mobilizava grande parte da comunidade, que se organizava em blocos à fantasia para esperar o Zé Pereira passar para seguir a folia:

A banda vinha tocar e nós esperava ali na esquina, de lanterna forrada de papel celofane e com vara de bambu, então a gente se interessava, naquele tempo não tinha luz e a lanterna clareava tudo, a banda vinha até aqui, a gente saía de surpresa sem eles saber, tipo de uma esquina dessas assim, numa turma e assim continuou muito tempo eu já tava até casada, mais a gente procurava sempre aquela turma pra fazer [...] A gente fez muitos anos isso, a banda ia tocando e nós ia na frente da banda. (Moradora do Ribeirão, 78 anos, 2010).

A festa do Zé Pereira, que entre as décadas de 1980 e 2000 fez parte da programação da festa do Camarão⁸, é realizada há pelo menos cem anos na

ficaram na região por algum tempo, não havendo informações precisas em relação ao tempo de sua estadia. Eles foram provavelmente os primeiros homens brancos a conviver com os índios, organizando uma comunidade com essa característica em solo catarinense. A partir de então, o lugar onde se fixaram passou a ser chamado pelo mesmo nome dado ao pequeno rio existente na localidade, Ribeirão. Infelizmente, depois da passagem de Cabotto até a chegada dos primeiros casais de açorianos em 1748 não há precisão nas informações sobre a vida na localidade. (PEREIRA, 1991)

⁷ Segundo Lima, dava-se o nome de entrudo aos jogos realizados nos três dias que antecediam à quaresma, acredita-se que ele chegou ao Brasil com os costumes portugueses. Sua origem etimológica vem do latim *introitus* que significa introdução. (LIMA, 1997, pg 30.)

⁸ Na década de 1980 foi implantada no Ribeirão da Ilha a Festa do Camarão, em virtude da grande oferta do pescado na baía da região, que, segundo relatos, “era de boa qualidade, melhor até que Laguna”. Entretanto, como as pessoas pescavam muito camarão sem respeitar o período defeso, e os organizadores estavam tendo que comprar o camarão de Laguna, o que encarecia os gastos para a organização da festa. Ela acabou extinguindo-se no início do século XXI (a última edição foi no ano de 2003).

Freguesia do Ribeirão da Ilha⁹. Animadas por integrantes da banda Nossa Senhora da Lapa – que em tempos de carnaval, juntam-se para formar a banda do Zé Pereira –, as pessoas vão pela rua cantando e dançando atrás do cortejo carnavalesco. Pode-se dizer que o Zé Pereira era também um momento de preparação da banda para o carnaval, como um ensaio, pois ela geralmente saía para tocar em clubes de outras localidades, como Saco dos Limões e Costeira Pirajubá:

O Zé Pereira aqui que era pra gente se preparar, pra quando chegar no carnaval a gente tá firme, desde o primeiro sábado de janeiro até o dia do carnaval, era uma festa né [...] Tocamos 35 anos no limoense, um ano nos fomos a pé do Saco dos Limões até a Praça XV na cidade, pra se encontra com o Clube Doze na quarta feira de cinzas e fazer o encerramento do carnaval. (Morador do Ribeirão e Músico da Banda da Lapa, 82 anos, 2010).

A festa acontecia todos os finais de semana, durante os dois meses anteriores ao carnaval. Nas casas, os moradores colocavam em suas janelas, lampiões ou lanternas confeccionadas com velas e papéis celofanes coloridos, depois às pessoas iam pelas ruas usando as lanternas de celofane para continuar iluminando a folia, pois a banda precisava enxergar as partituras, “*era uma brincadeira gostosa pela rua*”. (Morador do Ribeirão, 81 anos, 2007).

⁹ Para os autores, Farias (1998) e Santos (2004), a emigração dos açorianos para a Ilha de Santa Catarina iniciou-se em 1746, quando, por decisão do Conselho Ultramarino, Portugal decidiu enviar parte da população do arquipélago - situado no meio do oceano Atlântico e posicionado entre a Europa, América e África, Açores dista cerca de 1.500 Km de Lisboa e 8.000 Km de Florianópolis e povoado por Portugueses desde o início do século XV - para habitar a região sul do Brasil. Agindo assim a coroa portuguesa acreditava resolver dois problemas de uma só vez: diminuir a densidade demográfica das ilhas açorianas, cuja população sofria em consequência da escassez de terras; e prover de infra-estrutura a região sul brasileira, importante para seus planos de domínio e expansão territorial. Esse fluxo migratório, que ocorreu até 1756, trouxe cerca de 5.000 pessoas ao litoral do Estado de Santa Catarina, o que contribuiu para a caracterização da região, organizada em freguesias. A população dedicava-se à produção agrícola aliada à atividade pesqueira, que abastecia os habitantes do meio urbano, as tropas e a tripulação das embarcações que transitavam pela região. Dentre as freguesias que se espalharam pelo litoral catarinense, está, a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa, situada no atual bairro Ribeirão da Ilha de Santa Catarina. Segundo Sílvio Coelho dos Santos, as freguesias foram instaladas em Santa Catarina em função da colonização açoriana, e caracterizadas “como tendo o seu centro numa praça em quadro, onde um dos lados era ocupado pela igreja, essas freguesias ainda hoje apresentam características particulares quanto à arquitetura das construções, propriedades, sistema econômico, tradições, folclore e maneiras de falar”. (SANTOS, 2004:51).

Era ótimo, antes do carnaval, quase dois meses antes, todo sábado e domingo saía o Zé Pereira na rua a gente fazia lanterna, porque naquele tempo não tinha luz, então era uma verga, (esses bambus grandes), na ponta fazia tipo uma “coisa quadrada”, toda forrada de papel celofane e botava uma vela dentro, o papel era colorido daí acendia aquela vela e ficavam aquelas lanternas coloridas. Daí cada uma saía com as lanternas pela rua tudo em bloco. As roupas usadas eram fantasias, cada um fazia a sua fantasia, as casadas geralmente faziam blocos de fantasma, botava aqueles lenço por cima, daí quando vinha o Zé Pereira saía aquela turma escondida de dentro da casa, oito / dez mulheres vestidas de fantasma. Era uma festa, né? saía a Bernuncia junto, essas coisas de boi de mamão. Agora não dá mais pra fazer, esse movimento de carro, né? só faz uma vez por ano, que é o Zé Pereira joga n’água, que depois da banda eles caem tudo no banho de mar.
(Moradora do Ribeirão, 71 anos, 2007).

O relato acima nos mostra que o Zé Pereira era uma festa que envolvia toda a comunidade do lugar, que se organizava em blocos e confeccionava fantasias para participar do Zé Pereira. Hoje, pelos depoimentos colhidos vê-se que, a antiga forma de festejar está viva na memória dos moradores da Freguesia. A festa ainda existe - ela acontece sempre no último domingo antes do início do carnaval - e os moradores ainda participam dela. Mas tomou grandes proporções, o que refletiu diretamente na sua dinâmica:

Ele - Zé Pereira - começava “a boca da noite” e ia até umas 10 / 11 horas, vinha de lá de baixo -Centro Social-, até cá na pracinha e depois volta pra lá de novo. Pra cá ia vinha todo mundo junto e pra lá ia todo mundo junto também. Tinha espaço né, não tinha esse trânsito de hoje, nem carro nem nada era só a gente. [...] Sempre foi uma tradição agora até quando isso vai agüentar não sei, que cada vez vai mudando né, já tão querendo fazer parado lá por que não dá, será que vai dá de fazer parado?, e assim cada ano que passa a gente não sabe como é que vai ser. Mais é uma tradição do Ribeirão, sempre foi, né, há muitos anos e tão tentando manter, né. (Morador do Ribeirão, 82 anos, 2010).

1.3. A Banda Nossa Senhora da Lapa e a Banda do Zé Pereira

1.3.1 Um pouco da História¹⁰

A Sociedade Musical e Recreativa Lapa foi fundada oficialmente em agosto de 1896. Mas a idéia de formar uma banda surgiu em 1870 entre moradores da região que se reuniam para tocar seus instrumentos (cavaquinho, violão e outros) nas calçadas da Freguesia do Ribeirão da Ilha, no tempo em que não havia luz elétrica e movimento de carros e pedestres.

A idéia foi crescendo, e, com apoio de alguns políticos e empresários, o grupo conseguiu mais alguns instrumentos. No entanto, eram instrumentos de pouca qualidade e, por esse motivo, precisavam consertar os “vazamentos” com cera de abelha. Esse fato era tão visível que a banda passou a ser conhecida como a Banda da Cera, embora seu nome oficial fosse Sociedade Musical Amantes do Progresso.

No ano de 1896 a banda apresentava grandes dificuldades, seus instrumentos não estavam em boas condições de uso. Um outro grupo, percebendo essa situação e temendo ficar sem banda, fundou a Sociedade Musical Nossa Senhora da Lapa, em homenagem à padroeira do Ribeirão da Ilha¹¹. Essas pessoas possuíam mais recursos financeiros e compraram instrumentos da Alemanha. Nesse período, o Ribeirão ficou com duas bandas – A Sociedade Musical Amantes do Progresso (conhecida como Banda da Cera) e a Sociedade Musical Nossa Senhora da Lapa – A primeira possuía os melhores músicos e a segunda os melhores instrumentos.

Por volta de 1925, a Sociedade Musical Amantes do Progresso constatou que não havia mais condições de continuar a tocar, em função das

¹⁰ A história da Banda Nossa Senhora da Lapa foi resgatada por meio do relato de um dos entrevistados, que por muitos anos fez parte da equipe de músicos da Banda.

¹¹ Oficialmente, o Ribeirão da Ilha foi reconhecido pelo alvará régio de 11 de Julho de 1809, sob a designação de Freguesia de Nossa Senhora da Lapa, porém a população local considera como marco fundador a chegada de Manoel de Vargas Rodrigues na localidade do Simplício em 1760 - que corresponde hoje à localidade do Barro Vermelho e fica a aproximadamente 1.500m da atual Igreja Matriz - trazendo com ele a imagem de Nossa Senhora da Lapa, que considerada milagrosa, ganhou uma capela, para abrigá-la: *A Nossa Senhora da Lapa é uma Santa milagrosa, há relatos de passagens em que navios passavam pela localidade com mar revolto, e rezavam para ela, e eram salvos. Há histórias também de uma tentativa de roubar a imagem da santa, que por ser uma imagem sacra centenária muito valiosa, tentou várias vezes ser roubada, e um desses ladrões foi encontrado petrificado, e somente voltou ao normal depois de várias orações.* (Morador do Ribeirão e professor de História, 29 anos, 2007).

Em 1806, com o crescimento populacional da localidade, a imagem de Nossa Senhora da Lapa ganhou uma nova morada batizada com o seu nome, que desde então se encontra no mesmo lugar – na freguesia do Ribeirão da Ilha – no interior da Igreja Matriz. (PEREIRA, 1991).

precárias condições dos equipamentos e da falta de recursos para adquirir novos. A Banda da Nossa Senhora da Lapa acolheu os músicos da Banda da Cera, tornando-se a única do Ribeirão.

Em 1937, a Sociedade Musical Nossa Senhora da Lapa conseguiu recursos pela segunda vez e adquiriu novos instrumentos, dessa vez de fabricação nacional, para todos os seus componentes. Em 1951, passados quase quinze anos, os instrumentos já não estavam mais em bom estado, e novamente soavam mal. Nesse ano, a banda não teve condições de apresentar-se na festa da padroeira, o que a deixou sem animação.

Diante desse fato, alguns jovens interessados por música - dentre eles Alcício Heidenreich – promoveram uma reunião na casa de João José D'Ávila com o intuito de fazer ressurgir a banda. E assim, combinaram de contratar um maestro, encomendar novos instrumentos, reformar os velhos, dar aulas de música para os novos integrantes, etc. Já no ano seguinte, 1952, a banda voltou a tocar. Eram treze jovens e cinco veteranos.

1.3.2 A Sociedade Musical e Recreativa Nossa Senhora da Lapa

A banda da Lapa na atualidade faz parte da Sociedade Musical e Recreativa Lapa, que possui sede própria, atrás do centro social da Freguesia do Ribeirão. No mesmo local funciona a Escola de Formação Musical Lapa, aberta ao público em geral. É gratuita e ensina crianças, jovens e adultos interessados em aprender instrumentos de sopro. Da Escola de Formação saem novos talentos que podem vir a integrar a banda. Atualmente esta conta com 30 músicos, todos voluntários, que se apresentam em festas tradicionais na ilha, como a festa do Divino e a Procissão do Senhor Jesus dos Passos, além de se apresentarem em todo Estado de Santa Catarina.

Os músicos da Nossa Senhora da Lapa também se dividem em grupos menores, como é o caso do “Chorinho da Lapa” e da “Banda do Zé Pereira”. O primeiro grupo faz apresentações de choro e samba durante o ano. Já o segundo, nasceu da união de alguns músicos da banda para tocar marchinhas e músicas de carnaval, o que inclui a festa da Zé Pereira no Ribeirão da Ilha, que abre as atividades, e, outros eventos em diversos lugares da cidade e até do Estado mediante contratações particulares.

A Banda Nossa Senhora da Lapa tornou-se uma instituição respeitada, declarada de utilidade pública municipal pelo Decreto nº 3.767/92, de 21 de maio de 1992. Integra o Projeto Bandas, do Ministério da Cultura, Fundação Nacional de Artes, mantém convênio com a Fundação Franklin Cascaes de Florianópolis, além de integrar o projeto Ponto de Cultura do governo Federal.

Além dos subsídios e incentivos que ajudam a manter a instituição, outra fonte de renda advém dos sócios que contribuem mensalmente. Estima-se que a Sociedade tenha em torno de 500 a 600 associados. A Sociedade Musical e Recreativa Lapa possui estatuto para nortear as atividades e uma diretoria, eleita pelos sócios a cada dois anos.

Iniciamos o primeiro capítulo fazendo um histórico da origem da festa Zé Pereira em Portugal e vimos algumas das versões encontradas a respeito da sua aparição em solo brasileiro, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, ainda na época do Império.

Em seguida, resgatamos a história do seu surgimento no bairro do Ribeirão da Ilha na cidade de Florianópolis. Também abordamos o surgimento da banda Nossa Senhora da Lapa, que se torna elemento primordial para a realização do Zé Pereira.

CAPÍTULO II – A FESTA COMO PATRIMÔNIO

Para entendermos o Zé Pereira podemos partir de dois pontos teóricos diferentes: Patrimônio e Festa. Pontos que num primeiro momento podem parecer distantes, mas que se tornam complemento nesse estudo de caso. A folia do Zé Pereira está inserida nos dois universos: é considerada uma referência cultural expressa na forma de festa. A partir deste momento abordaremos essas duas noções, que serviram de suporte teórico para compreendemos o fenômeno do Zé Pereira no Ribeirão da Ilha.

2.1. O Conceito de festa

Mais final o que é a festa? O dicionário das Ciências Sociais destaca o ponto de vista sociológico de festejar. Ele coloca a festa como uma necessidade social em que se tem uma superação das condições normais da vida. A festa implicaria a idéia de uma atividade social que vai além do cotidiano sendo uma manifestação coletiva de alegria comum e um acontecimento para o qual as pessoas esperam e se preparam, criando assim uma agradável tensão coletiva enquanto se espera por momentos excepcionais. (BIROU, 1982).

Partindo dessa definição que iniciaremos a discussão desse conceito à luz da Antropologia.

2.2 Um breve histórico da noção de festa na Antropologia

Durkheim, em *As Formas Elementares da Vida religiosa*, foi pioneiro apresentando suas considerações sobre a estreita relação entre o ritual e as festas. Em sua obra, ele separa a vida sagrada da vida profana. A festa está na esfera sagrada, é um ritual. O autor conclui com ineditismo que a festa produz o social.

A proximidade entre festa e religião reside no fato da festa ter traços comuns aos eventos religiosos, objetiva a aproximação dos indivíduos levando-os, assim, a um estado de eferescência, e por vezes até de delírio, muito próximo do estado religioso. (DURKHEIM, 1996).

Tanto na religião quanto na festa o homem é “transportado para fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias”. Por esse motivo é possível observar nos dois casos – na religião e na festa – as mesmas manifestações estimulantes – cantos, música, gritos, danças – que elevem o nível vital. Assim, as festas populares levariam os indivíduos a excessos, fazendo-os perder o limite entre o lícito e o ilícito. Da mesma forma, existem

festas religiosas que criam “uma necessidade de violar as regras, ordinariamente as mais respeitadas”.¹²

Para Durkheim, a festa é um ritual em que a energia do coletivo atingiria o seu apogeu no momento de maior “efervescência” dos participantes. “As energias vitais são superexcitadas, as paixões mais vivas, as sensações mais fortes”.¹³ Para garantir esse estado d’alma, contribuem fortemente os elementos presentes em todas as festas: música, bebidas, comidas específicas, comportamentos ritualizados, danças, sensualidade etc.

Mais o que seria um ritual para Durkheim? No capítulo intitulado O Culto Positivo, o autor expõe acerca dos ritos representativos ou comemorativos, nos quais as festas estariam inseridas. Para ele, o rito “consiste unicamente em lembrar o passado e torná-lo presente”.¹⁴ Assim podemos dizer que um rito é um instrumento em que o grupo se reafirma periodicamente. Dessa forma, ele é mantido e celebrado para que aqueles que o fazem possam reviver um passado compartilhado pelo grupo. Essa característica pode ser observada na festa do Zé Pereira, que ao ser realizada anualmente, de certa forma, impede que ela se “perca no tempo” e na memória da consciência coletiva da comunidade:

A festa do Zé Pereira é uma tradição importante pro Ribeirão, as pessoas gostam muito de participar, tanto os mais velhos, quanto os mais novos [...] É muito legal, só que tá precisando de um pouco mais de atenção, de segurança, pra que a festa possa continuar e não se perca no tempo. É muito legal, o povo gosta muito e participa muito e faz questão que tenha todo ano. É uma tradição do povo e o povo não quer acabar com isso,né.

(Moradora do Ribeirão, 25 anos, 2010).

O que podemos constatar através do relato destacado acima, é que o envolvimento dos moradores da localidade com esse ritual “reanima periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua unidade”¹⁵.

Outro teórico que abordou a temática das festas foi Roger Caillois (1970).Em seu livro *O homem e o sagrado* definiu o seu conceito de festa e a sua importância para a manutenção da ordem social. Para ele, a efervescência

¹² Ibid., p. 418

¹³ Ibid., p. 603

¹⁴ Ibid., p. 405

¹⁵ Ibid., p. 409

da festa opõe-se à dinâmica da vida regular de ocupações cotidianas sempre sujeita a regras e a interditos.

Um fator essencial em toda festa, diz o autor, é o excesso: “não existe festa, mesmo triste por definição, que não comporte um princípio de excesso [...], seja ela de ontem ou de hoje, a festa define-se sempre pela dança, canto, ingestão de comida, o beberete”. (CAILLOIS, 1970, p.96).

A festa teria, então, o poder de romper violentamente com as pequenas preocupações da vida cotidiana, dando amparo ao indivíduo, que se transforma por “forças que o ultrapassam”. Nesse sentido, o excesso é necessário ao sucesso das cerimônias realizadas, pois contribui para a renovação da natureza ou da sociedade. A festa, para Caillois, exerce algumas funções como purificar e renovar a sociedade. Concomitantemente, constitui uma ruptura na obrigação do trabalho e libera as limitações da condição humana. Assim, é o momento em que “a única obrigação é despende-se de si mesmo”.¹⁶

Apresentamos até agora os conceitos de festa em Durkheim e Caillois. Para ambos o momento de festejar é importante para manter a ordem na vida em sociedade. Em oposição a essa definição de festa, temos Jean Duvignaud (1983), que não a vê como um ato de renovação e manutenção da ordem social, mas sim como um ato de desordem e rebeldia. Na sua visão, a festa se “apodera de qualquer espaço onde possa destruir e instalar-se”, promovendo o encontro das pessoas sem o compromisso com os papéis que exercem em uma sociedade organizada, em um mundo “sem estrutura e sem código. Mundo onde têm exercício apenas as forças do ‘eu’”, que, segundo ele, são os “grandes estímulos da subversão”. (DUVIGNAUD, 1983, p.68).

Duvignaud (*apud* Amaral, 1998) classifica as festas em dois tipos básicos: Festas de Participação e Festas de Representação. A primeira é composta por cerimônias públicas onde há a participação da comunidade no seu conjunto. As pessoas estão conscientes dos mitos, símbolos e rituais representados e utilizados. Pode-se dar como exemplo destas algumas festas religiosas, como as festas do Candomblé brasileiro e a maioria das festas de Carnaval. A segunda, caracteriza-se por ter atores e espectadores. Os atores participam de forma direta da festa organizada para os espectadores. Estes são bastante numerosos, enquanto aqueles são em número limitado. Nesse caso, tanto os atores quanto os espectadores estão conscientes dos ritos e símbolos envolvidos na celebração. Entretanto, cada um percebe a festa de maneira diferente, sempre em conformidade com o papel que lhe é atribuído. (Amaral, 1998, p.41).

Se pensarmos com os termos de Duvignaud na tentativa de classificar a festa do Zé Pereira, cairíamos no que Amaral chamou de “possibilidade

¹⁶

Ibid., p. 123

intermediária”, isto é, festas que oscilam entre as duas categorias. Quando analisadas no âmbito local são consideradas de participação. Mas se pensadas em âmbito nacional podem ser consideradas de representação, principalmente quando transmitidas pela televisão, já que nem sempre aqueles que assistem compreendem o significado da festa como os participantes, vendo apenas o que é lugar comum a todas as festas – euforia, excitação, alegria.

Para Amaral (1998), a separação feita por Duvignaud entre Festas de Participação e Festas de Representação é fruto da evolução das festas desde a antiguidade até os dias de hoje. As sociedades tornaram-se complexas e foram evidenciadas diferenças de classe e de atividade econômica. Dessa forma, o papel da festa mudou na medida que elas “encontraram uma consciência coletiva ativa que se acreditava capaz de modificar suas próprias estruturas”. (DUVIGNAUD, 1976; BALANDIER 1971, 1982 *apud* AMARAL, 1997, p. 43).

Assim, as cerimônias comemorativas só surgem a partir do momento que as sociedades estavam “muito fortemente constituídas para saber aquilo que elas adquiriram e, conseqüentemente, se definir em função de um passado”, já que “toda comemoração é um retorno às origens” (DUVIGNAUD, 1976; BALANDIER 1971, 1982 *apud* AMARAL, 1997, p. 43).

Entrando na discussão de ritos e rituais nos dias de hoje, temos a teórica Martine Segalen (2002), que, dedicada à identificação de praticas rituais na atualidade. Na obra *Ritos e rituais contemporâneos*, faz uma revisão bibliográfica sobre o tema na Antropologia para embasar sua definição do fenômeno na atualidade. Para ela, é possível identificar uma reconfiguração das práticas rituais e constatar a permanência das mesmas. Segalen defende que “uma das principais características do rito é a sua plasticidade, a sua capacidade de ser polissêmico, de acomodar-se à mudança social” (2002, p.15). Ou seja, para a autora, os ritos se adaptam, tomando formatos de acordo com as circunstâncias, e, assim, se fazem presentes nas sociedades modernas.

Segalen define o rito ou o ritual como “um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica”. Para ela, o rito caracteriza-se por meio de uma “configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo”¹⁷.

Dessa forma o ritual faz sentido, uma vez que, aliado a comportamentos individuais e coletivos codificados. Ele é reconhecido através da continuidade das gerações e dos diferentes grupos etários e sociais responsáveis por sua reprodução.

¹⁷

Ibid., p. 31

É a partir da idéia de festa defendida pelos autores brasileiros, que têm a festa como um momento de lazer, muito mais positivo que destruidor, que apresentamos o Zé Pereira no capítulo anterior. Uma festa dinâmica que se recria e reordena, passando por transformações, na qual elementos se agregam e/ou desaparecem constantemente. Assim, o Zé pereira junta o velho ao novo e perpassa o tempo. Uma festa em que se esquecem os problemas cotidianos e se buscam formas de renovar a energia necessária para a manutenção da vida e da ordem social nos outros 364 dias do ano.

2.3 A Festa no Brasil

A partir da segunda metade da década de 1990, pode-se observar um aumento no número de pesquisadores que trabalham com festa no Brasil. Essa nova onda de interessados pelo tema pode ser relacionada a vários fatores que agem concomitantemente. Um dos aspectos a ser considerado em relação a esse aumento no número de estudos sobre festa tem relação com um tema tratado na sessão seguinte, que é a implementação da categoria “Patrimônio Cultural Imaterial”, por meio do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Essa ação governamental conferiu um grau de “legitimidade” a uma série de manifestações lúdicas, o que acarretou a elaboração de vários trabalhos, inclusive em forma de pareceres de cientistas sociais, antropólogos e historiadores como suporte em processos de Salva-guarda ou Tombamento. A partir de agora, veremos, um pouco da produção no campo das festas, na voz de alguns dos principais teóricos brasileiros.

Para Roberto Da Matta, (1997), os eventos sociais podem ser classificados de acordo com o seu número de ocorrência. Os eventos que constituem a rotina do cotidiano são entendidos como do dia-a-dia e os eventos situados fora desse cotidiano são intitulados como extraordinários, ou seja, fora da ordem diária da vida.

Entre os eventos classificados como extraordinários temos as festas, as cerimônias, os bailes, os congressos, reuniões, encontros, etc. A característica comum a todos é o “caráter aglutinador de pessoas, grupos e categorias sociais”. (Da Matta, 1997, p. 47). Para ele, as festas são momentos extraordinários em que se manifestam a alegria e os valores considerados altamente positivos, como a fuga da rotina, que é vista como negativa.

Em Da Matta, a festa é um ritual. Devemos estudar os rituais como “uma dramatização de certos elementos, valores, ideologias e relações de uma sociedade”¹⁸. Assim, ele vê o rito como um modo de destacar aspectos da nossa rotina. As festas propriamente ditas estão dentro de um conjunto que

¹⁸

Ibid., p.41

chamou de “sistema de festas”, no qual está incluída desde as datas cívicas e carnavais até os feriados religiosos. Através desse “sistema de festas”, a sociedade brasileira pode construir uma visão “idealizada e equilibrada de si mesma”. Nem sempre isto pode ser feito em outras dimensões da vida cotidiana coletiva.

Da Matta percebe que os rituais brasileiros aparecem em duas formas constantes: ora como “festas”, ora como “solenidades”. Segundo ele, a festa traz consigo a obrigatoriedade de mostrar a alegria através da dança, dos risos e da euforia. Em contrapartida, nas solenidades tem-se que demonstrar respeito e seriedade diante do que está sendo celebrado, além da obrigatoriedade que se portar corporalmente de forma prevista.

Para o autor, podemos dividir os ritos brasileiros em duas categorias. A primeira corresponde aos ritos de ordem, que dão legitimidade às posições sociais, destacando o indivíduo e impondo regras, como o uso de trajes e linguagens socialmente aceitos. Nesses ritos incluem-se as celebrações cujo foco é o mundo público. A segunda categoria é composta pelos ritos de desordem, que são promotores da inversão da ordem social vigente, “operam dissolvendo o lado histórico, pois apontam para dimensões ‘arcaicas’ e ‘elementares’ da vida social; ou, como muitos afirmam¹⁹, seus aspectos ‘selvagens, ‘atrasados’ ou ‘primitivos’” (Da Matta, 1998, p. 80). Segundo essa perspectiva, os rituais de desordem seriam vistos como objetos deslocados, principalmente se forem pensados a partir das festas modernas, que fazem do seu valor central o consumo e o lazer.

Em termos práticos, essas categorias de festas se dissolvem entre si, resultando em uma mistura, em que momentos de ordem e outros de desordem se intercalam. “A história e as mensagens de muitas festas brasileiras revelam uma estranha dialética”, trazendo a tona tanto a “oficialização do carnaval” – que nos dias de hoje foi revertido em um “show das massas”. Através do pagamento do ingresso, pode-se assistir aos desfiles que contam com a presença de empresários e políticos. Por outro lado, percebe-se uma certa “carnavalização” de algumas festas religiosas. A resultante desta equação é um universo em que ordem e desordem vivem ambígua e harmoniosamente²⁰.

Carlos Rodrigues Brandão (1989) é outro teórico que aborda a questão das festas no Brasil. Através de estudos realizados no interior de vários estados brasileiros, em especial na região central do país, ele busca a importância da

¹⁹ Nessa passagem, Da Matta faz referência ao Poeta e cronista Olavo Bilac, que via a festa popular dedicada a Nossa Senhora da Penha no Rio de Janeiro como um objeto fora do lugar. Promoveria comportamentos deslocados dentro do espaço urbano formal e utopicamente modernizado. Para ele, isso seria uma agressão à modernidade que estava se impondo no Rio de Janeiro do início do século XX. (Revista Kosmos, nº3, 1996, apud DaMatta, 1998, p. 80).

²⁰ Ibid., p. 79

festa na vida de todos que se envolvem com ela, seja organizando ou participando.

Para ele, em nossa vida temos uma seqüência de situações em que festejamos – ou somos obrigados a festejar – com a família, amigos, vizinhos e colegas de trabalho. Brandão diz ainda que essas situações podem ser únicas: como o nascimento e morte; raras: como casamento e nascimento de filhos; e as consideradas repetidas: como os nossos aniversários, o Natal e o Ano Novo.

Assim, quando uma pessoa festeja ou é festejada, pode-se constatar que “A festa é uma fala, uma memória e uma mensagem”. É o “lugar simbólico” onde se separa o que deve ser esquecido, e conseqüentemente não festejado, daquilo que deve ser lembrado, resgatado, evidenciado e comemorado. (BRANDÃO, 1989, p. 8).

Em Brandão, a festa toma posse da rotina, mas não a rompe. Pelo contrário, ela leva as pessoas a transgressão. É assim que no Carnaval as pessoas se permitem sair de si mesmas e produzem outros gestos, quando homens se vestem de mulheres e os pobres de príncipes. A festa inverte o que a sociedade espera, exagerando o real.

Segundo ele, “a festa é uma viagem: vai-se a ela e ali transita-se entre seus lugares”. É por essa razão que o desfile, o cortejo, a folia são elementos que possibilitam o deslocamento “entre as pessoas e pelos lugares que a própria festa simbolicamente reescreve e redefine”.²¹:

A gente “corria” aquele pedaço todo ali pra cá da igreja um pouquinho e ia até lá embaixo depois da pracinha e depois foi modernizando, né. [...] e agora botaram um trio que é confortável pros músicos né, porque é muita multidão esbarra nos instrumentos, atrapalha.

(Moradora do Ribeirão, 71 anos, 2010).

No depoimento citado, é possível observar uma redefinição de alguns elementos do Zé Pereira ao longo dos anos. Especificamente a mudança do trajeto do cortejo, decorrente de fatores como aumento do número de participantes e “modernização” da festa.

Magnani (1998), em seu livro *Festa no pedaço*, trata de um assunto pouco abordado na época de sua primeira edição, década de 1980, o lazer e o tempo livre. Para o autor, no tempo destinado ao lazer, encontramos a festa

²¹

Ibid., p. 13

dentre as opções de diversão – futebol, excursão, festa, circo – a ser escolhida como forma de passar o tempo.

O surgimento do lazer está ligado aos primeiros anos da Revolução Industrial. Nesse contexto, o ritmo intenso da jornada de trabalho só era interrompido pela exaustão física ou psicológica, pelos ciclos da natureza ou por algum evento do calendário religioso que marcava o tempo por meio de festas e rituais. (MAGNANI, 2007).

Em Magnani, as atividades que envolvem o tempo livre não são reconhecidas em contraposição ao mundo do trabalho. São dotadas de valores e significados próprios, além de auxiliarem no entendimento da dinâmica cultural e dos valores contemporâneos.

Ao analisar as regras que prescrevem o uso do tempo livre através das formas de lazer, Magnani constatou que sua dinâmica ia além da simples necessidade de preencher o tempo livre do trabalho. Essas são formas de entretenimento possibilitam “estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade” (MAGNANI, 1996, p.30).

Outra contribuição importante de Magnani é a crítica em relação a alguns estudiosos que ele chama de ‘folcloristas’ (aspas do autor). Ao estudarem festas, rituais e tradições populares – espaço privilegiado para a análise dos seus processos de mudança – eles acabam mais interessados em “descobrir festas, lendas, folguedos de antigo uso; descrever e registrar a indumentária, os gestos e instrumentos que os acompanham; preservar sua ‘autenticidade’ e denunciar as contaminações a que estão sujeitos”.

Segundo o autor, para os ‘folcloristas’, toda mudança é encarada como “deturpação de uma forma já fixada em sua pureza original”. Ele diz ainda que os chamados ‘folcloristas’ se posicionam como defensores da cultura popular. Porém “mais paradoxalmente são os que mais passam atestados de óbito a essa cultura”, já que se recusam a tomar para si suas transformações gerando uma visão “estática e ‘musicológica’”. Esta visão toma a cultura como um “acervo de produtos acabados e cristalizados”, fora das “mudanças das condições de vida de seus portadores”. (MAGNANI, 1998, p. 26).

Para ele, mais importante que o lamento pela perda de uma suposta autenticidade, é preciso o exercício de analisar as crenças, festas, costumes e formas de entretenimento da maneira como se apresentam nos dias de hoje. A que a cultura, muito mais que “uma soma de produtos” é um processo de recriação constante em espaços determinados socialmente.

2. 4 A festa como um Bem de Referência do Patrimônio Cultural

A discussão acerca do Patrimônio Cultural acentuou-se a partir do processo de globalização, iniciado nas últimas décadas do século XX, isto acarretou mudanças radicais na economia, política, sociedade e cultura. Esta por sua vez, versou mudanças sobre o conceito e a visibilidade do Patrimônio Cultural, o que gerou um grande número de “espaços e instâncias institucionais destinadas ao seu tratamento” (CASTELLS, 2007, p. 1).

Mundialmente é reconhecida a importância de se promover a memória das manifestações culturais da humanidade materializadas por meio de monumentos, sítios históricos e paisagens culturais, ou seja, aspectos físicos que constroem a identidade de um povo. Porém, há aspectos que só são transmitidos por gestos ou pela oralidade e que não deixam marcos geográficos ou materiais. Tais aspectos são recriados e modificados coletivamente ao longo dos tempos. São essas manifestações intangíveis que se compreende como Patrimônio Cultural Imaterial, cuja nomenclatura foi adotada pela UNESCO no ano de 2003, em substituição da categoria “cultura tradicional e popular” que vigorava desde 1989. Cabe ressaltar que a divisão entre Patrimônio Cultural Material e Imaterial é meramente didática, uma vez que uma instância dá suporte à outra. (CASTELLS, 2007, p. 66).

No Brasil, o reconhecimento desse tipo de Patrimônio afirmou-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988²². No seu artigo 216 conceitua Patrimônio Cultural Brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O reconhecimento constitucional da categoria propiciou grandes mudanças em relação à visão do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil até então. Entretanto, não houve mudanças imediatas. Somente em 1997 foi instituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – GTPI – cujo objetivo era a elaboração das diretrizes a serem adotadas pelo Instituto para lidar com a questão do Patrimônio Imaterial. O resultado do grupo repercutiu em ações importantes, como o Decreto nº 3.551/2000.

²² Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/11/2007.

Agosto de 2000 marcou as políticas de preservação do Patrimônio Imaterial no Brasil com a aprovação do Decreto nº 3.551²³, que instituiu o registro de Bens Culturais de natureza imaterial do patrimônio Cultural brasileiro. Com esse documento legal, conforme descrito em seu artigo 8º, “fica instituído o ‘Programa Nacional do Patrimônio Imaterial’ no âmbito do Ministério da Cultura, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio”.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial adotou como metodologia oficial o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – e, para orientar seu uso, o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais.

Neste Manual são apresentadas as categorias de bens culturais nas quais se baseou a pesquisa de campo deste trabalho: Celebrações, Formas de expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Edificações e Lugares.

2.4.1. Patrimônio para quem? A Visão do Cientista Social nas questões do Patrimônio Imaterial

Segundo a metodologia adotada pelo governo brasileiro – o INRC –, a festa popular Zé Pereira foi identificada como Forma de Expressão durante o levantamento preliminar do Inventário “Freguesias Luso-Brasileiras na Grande Florianópolis”, no qual participei na qualidade de auxiliar de pesquisa.

Mas o que significa dizer que uma manifestação foi identificada como um Bem Cultural? Para Gonçalves (2005), as formas culturais não são entidades objetificadas esperando para serem descritas e analisadas. Para explicar tal afirmação o autor utiliza o conceito de cultura autêntica de Sapir, que diz:

A cultura autêntica não é necessariamente alta ou baixa; é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada e auto-satisfatória [...] A cultura quando é autêntica é vivida pelos indivíduos como uma experiência de criação, de transformação, onde o indivíduo é pensado como um núcleo de valores culturais vivos. (SAPIR *apud* GOLÇALVES, 2005, p.30)

Assim, “cultura autêntica” é justamente o que nos escapa de qualquer tipo de definição, identificação e catalogação que tente enquadrar o “Bem” de

²³ Decreto Nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3551.htm>. Acesso em: 21/01/2010

forma precisa e objetificadora. É o que costuma ocorrer “nos discursos de patrimônio cultural em seu sentido moderno, especialmente quando articulados por agências do Estado” (GONÇALVES, 2005, p.31).

Para o autor, um bem para ser classificado como Patrimônio precisa encontrar ressonância entre aqueles que compartilhem de seus valores. Isto é, que seja reconhecido e seja praticado como tal. No caso da festa Zé Pereira no Ribeirão da Ilha, por meio dos depoimentos dos moradores da região, pode-se perceber que existe essa ressonância necessária ao “Bem Cultural”, uma vez que ele parece estar difundido, é reconhecido e compartilhado entre os entrevistados:

Era desde o tempo que eu era pequeno o Zé Pereira sempre existiu [...] Era todo sábado quando entrava o mês de janeiro tinha o Zé Pereira, sábado e domingo, carnaval de rua, o pessoal começou a canta nas calçadas. Depois o grupo foi aumentando, aumentando. [...] Em cada lugar que a gente passava tinha um bloco esperando pra acompanhar a vizinhança se combinava tudo e ficavam esperando, se vestiam tapado com lençol, e mais não sei o que [...] Todo mundo se vestia, era uma festa, né.

(Morador do Ribeirão, 82 anos, 2010).

Como já sinalizamos no capítulo anterior, no caso do Zé Pereira podemos encontrar essa ressonância, não só entre os foliões, mas também entre os membros da banda da Lapa. Ao utilizar a folia como preparativo para o carnaval desde o início do século XX, contribuiu para sua permanência ao longo dos anos sendo a responsável pela sua continuidade na atualidade.

Desde a ótica de Velho (2006), pensar em Bens de Referência Cultural significa estar atento ao processo de “negociação da realidade” entre os atores que compõem o campo em questão. Tomando alguns exemplos – como o tombamento do terreiro de candomblé, Casa Branca em Salvador e o caso da transformação espacial de Copacabana – o autor ressalta aspectos de divergência e conflito em função dos valores e interesses diversos entre os atores sociais envolvidos. Para Velho, as políticas públicas de patrimônio não podem ser separadas da “heterogeneidade e complexidade” da vida em sociedade. Assim, o desafio colocado é saber lidar com a memória social e com o Patrimônio Cultural para fins de políticas de valorizações, classificações, registros e tombamentos.

Nesses termos, para a aplicação dessas políticas problematizadas por Velho, além de estar atento para a negociação da realidade, faz-se necessária

uma definição da noção de Referência Cultural. Tal referência não pode ser pensada como uma forma definitiva e imóvel para o grupo social que o criou ou recria.

O termo “Referência Cultural” vem sendo usado especialmente em trabalhos que privilegiam uma concepção antropológica de cultura e que destacam a “diversidade dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais”. Nesse caso, quando se fala em “Referência Cultural”, fala-se em representações e práticas que dão molde a identidade de um grupo ou região. (IPHAN, 2000).

Assim, o conceito de Referência Cultural é a solução conceitual para se “selecionar” os bens de referência, além de oferecer suporte e condições à sua legitimidade. Vejamos o que Londres (2000) esclarece a respeito do conceito e da sistemática:

Quando se fala em ‘referências culturais’, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de ‘patrimônios culturais’, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder. (LONDRES, *apud* CASTELLS, 2007, p. 11-12).

Tomando como ponto de partida as palavras de Londres, podemos inferir que a referência cultural é um significado compartilhado pelo grupo, resultante de um processo que atribuiu valores e marcos que os identificam como tal. Desse modo, uma referência cultural não é um objeto ou algo de valor material. Portanto, apreender tais referências, não é sinônimo de armazenamento de bens e informações.

Segundo Abreu (2005), o dinamismo do Patrimônio²⁴ faz nascer a necessidade de se seguir critérios que nos possibilite escolher o que será preservado, já que ao delegarmos um “selo oficial de reconhecimento para os chamados ‘bens culturais de referência imaterial’, acabamos caindo na idéia de seleção, em que elegemos um acervo digno de ser memorizado” em detrimento de outros “bens culturais que devem ser relegados ao esquecimento” em um país composto de inúmeros grupos que produzem manifestações culturais de igual valor.

Em seu texto, Abreu levanta algumas questões difíceis enfrentadas pelos antropólogos e outros profissionais das Ciências Sociais à agências governamentais, conselhos e pesquisas que tratem da “eleição” de bens de referência.

Como patrimonializar as diferenças sem trair o próprio conceito de diferença? Como trabalhar com a diferença sem traduzi-la em hierarquizações e etnocentrismos? Como lidar com nossos próprios valores e gostos, quando nos é dado o “poder” de certificá-los em detrimento de outros? Será que não estaríamos correndo o risco de engessar as manifestações culturais usando como base a imagem cristalizada do registro?

Certamente as questões postas por Abreu não são fáceis de serem respondidas, no entanto devem servir minimamente como instrumento de reflexão para todos os profissionais, cientistas sociais, antropólogos e afins, que venham a se aventurar no campo do Patrimônio.

Apresentamos até aqui as contribuições tanto do campo do Patrimônio Cultural Imaterial quanto da teoria da festa para o entendimento da folia do Zé Pereira. No próximo capítulo nos debruçaremos sobre as mudanças ocorridas nessa folia desde os anos 1970 até o momento.

²⁴ Para Abreu (2005), “os bens de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação”, que não comporta conceitos usados para bens de referência do patrimônio material como “intervenção, restauração e conservação”.

CAPÍTULO III – O PASSADO E O PRESENTE DO ZÉ PEREIRA NO RIBEIRÃO DA ILHA

3.1 Antes da Folia: A organização da festa

Por volta de 60 anos atrás, conforme visto nos relatos do primeiro capítulo o Zé Pereira, era a preparação dos músicos da Banda Nossa Senhora da Lapa para o carnaval: *“na nossa época a gente se preparava pro carnaval tocando no Zé Pereira, era todo sábado, todo domingo a gente fazia aquele trajeto, pra se garanti pro carnaval, pegar resistência, pegar embocadura”*. (Morador do Ribeirão, 82 anos, 2007).

Essa “resistência”, de que fala o antigo morador, era necessária aos músicos para que eles conseguissem tocar nos bailes de carnaval, que aconteciam nos clubes Girassol – na freguesia do Ribeirão, que era conhecido como clube dos brancos²⁵ -, Ipiranga e Limoense, no bairro do Saco dos Limões. Neste último a banda tocou por 35 carnavais consecutivos.

Hoje os bailes no Girassol, Ipiranga e Limoense já não existem mais. O carnaval no Ribeirão da Ilha ficou reduzido a bailes em clubes como o Canto do Rio, que contratam bandas locais – a banda da Lapa, sob o codinome banda do Zé Pereira – e de outras partes do estado. A banda da Lapa também toca em outros bairros da cidade de Florianópolis e outras cidades do Estado de Santa Catarina, como Garopaba.

O Zé Pereira, de certa forma, continua sendo uma preparação para o carnaval para os membros da banda. Ele inaugura o carnaval e, devido às grandes proporções que adquiriu, tem que ser pensado com antecedência. Durante todo o ano, os músicos e alunos da Escola de Formação Nossa Senhora da Lapa seguem com aulas e ensaios. Eles acontecem aos sábados, nos períodos da manhã e da tarde. As atividades acontecem desde meados de Janeiro a Dezembro, havendo recesso somente para as festividades de fim de ano. Após as festas, quando do retorno às atividades em janeiro, os músicos começam a ensaiar especificamente para o Zé Pereira e para o carnaval.

Além dos ensaios, outras providências têm que ser tomadas para que a Festa do Zé Pereira aconteça, patrocínio, aluguel do trio, divulgação e

²⁵ Até a década de setenta havia um clube reservado apenas para os negros descendentes de escravos, chamado clube 13 de maio. Havia uma separação entre brancos e negros. sabia-se que o baile dos negros era muito animado e frequentemente aconteciam conflitos pelo fato de algum branco querer entrar no clube dos negros ou vice-versa. (Morador do Ribeirão da Ilha e professor de História, 29 anos, 2007).

segurança da festa. Atualmente, em função das parcerias da Sociedade Recreativa e Musical com alguns órgãos públicos, como dito anteriormente, a festa do Zé Pereira acontece com apoio e patrocínio da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), Secretaria Municipal de Turismo (SETUR), Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina (SOL) e Fundo de incentivo ao turismo em Santa Catarina (FUNTURISMO). Também há sempre patrocínio de algum restaurante, como o Porto do Contrato, Ostradamus e Engenho do Vô, todos localizados no Ribeirão da Ilha.

O trio elétrico desde 2003 é alugado todos os anos. Na edição da festa de 2010, além do trio, houve a contratação de um palco, que ficou montado na praia da Freguesia. Segundo informações obtidas em entrevista com membros da banda, a inclusão do palco foi pensada para melhorar a relação entre os foliões e os músicos no decorrer do Zé Pereira:

*A gente tenta melhorar a organização da banda, o trio é uma coisa que a gente já percebeu, teve reclamação da comunidade de que o trio é grande pra pouco espaço, então a gente tenta, né, a diretoria e o pessoal do centro comunitário também ajudam, é difícil mais creio que ta estruturando [...] A banda é grande e o trio é pequeno então é melhor o palco, até porque ele puxa mais pra tradição né, fica mais no chão, mesmo sendo mais caro que o trio [...] Antes a banda ia no chão mesmo, mais aglomerava muita gente, só que é incoerente porque o som sendo lá em cima prejudica o pessoal que ta lá embaixo, os foliões né, pra gente também que ta tocando não é muito agradável, o trio ta há 6 anos mais não teve muito sucesso, e também a intenção é todos os músicos da banda tocar e não cabem todos no trio, são 30 músicos e no palco já dá, no trio tem que fazer revezamento tem que subir um descer outro é muito transtorno, por isso estamos pensando em modificar.
(Membro da Sociedade Musical e Recreativa Nossa Senhora da Lapa, 24 anos, 2009).*

A divulgação e a segurança da festa ficam por conta de algumas estratégias da banda, para obter visibilidade e atenção dos órgãos de segurança pública. Através de pedidos enviados ao órgão municipal de cultura, Fundação Franklin Cascaes, a organização do evento consegue o deslocamento de efetivo da Polícia Militar e da Guarda Municipal para fazer a segurança da festa:

A questão da organização do Zé Pereira, originariamente quem organiza o Zé Pereira é a banda, só que hoje em dia tem o problema do trânsito, da violência, o problema de muita gente aqui na freguesia que não comporta, então a banda pede ajuda pra Fundação Franklin Cascaes, pros órgãos de cultura aqui da prefeitura de Florianópolis, pra eles auxiliarem a banda, mais o que é esse auxiliar a organização? , eles não organizam o evento, a gente pede pra eles na questão de manda ofício, mandar ofício pra polícia, pra guarda de trânsito, pro corpo de bombeiros, pra polícia militar, pros órgãos oficiais, a gente pede pra Franklin Cascaes mandar porque daí fica melhor eles atenderem um pedido da prefeitura do que de uma banda, de uma ong é uma estratégia que a banda usa.

(Membro da Sociedade Musical e Recreativa Nossa Senhora da Lapa, 36 anos, 2009).

Além dos ofícios a órgãos públicos, outro item que ajuda na visibilidade da festa é o convite feito pelos organizadores do Zé Pereira a blocos de carnaval de outras partes da cidade (por exemplo, Campeche e Barra da Lagoa) e para o rei e as princesas do carnaval de Florianópolis prestigiarem a festa. Segundo relatado em entrevista, com essas medidas o Zé Pereira ganha mais projeção e não passa a idéia de ser um evento que está isolado no sul da ilha de Florianópolis.

Nos últimos três anos, o Zé Pereira tem sido divulgado em meios de comunicação locais e em sítios eletrônicos, tanto governamentais, quanto no sítio da própria Banda da Lapa:

Guia de Eventos
Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina

Cultura
Zé Pereira 2010
Em Florianópolis

Local: Freguesia do Ribeirão da Ilha
De 7 de fevereiro de 2010 a 7 de fevereiro de 2010
Horário: 00:00:00
bandadalapa@bandadalapa.com.br
Telefone Comercial: (48) 8422-9692
[http:// www.bandadalapa.com.br](http://www.bandadalapa.com.br)

Febrero 2010

D	S	T	O	S	S
1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12
14	15	16	17	18	19
21	22	23	24	25	26
28					

Mapa Interativo

Desenvolvido no:

Guia de Eventos
Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina
Rua Eduardo Gonçalves D'Ávila, 303 - Itacondi | CEP 88034-496 | Florianópolis-SC
Fone: (48) 3212-3900 - 3212-1962 - 3212-1936 | Fax: (48) 3212-1936 | Email: marketing@sol.sc.gov.br

Figura 1: Programação oficial do carnaval catarinense.



Figura 2: Folder vinculado no sítio eletrônico da Banda da Lapa. ²⁶

Para os integrantes da banda entrevistados, a repercussão da festa tem sido boa. Ela é sempre comentada em programas de televisão e jornais de alcance regional e nacional: “*ano retrasado passou no estúdio Santa Catarina e ano passado passou no Bom dia Brasil e na Globo News.* (Membro da Sociedade Musical e Recreativa Nossa Senhora da Lapa, 36 anos, 2009). A organização da festa também se diz satisfeita com a resposta dos órgãos de segurança em relação ao pedido de contingente. Segundo eles, a Polícia Militar e Guarda Municipal garantem a segurança da festa e eventuais brigas são distantes do lugar da festa – Freguesia - e depois que acaba, quando policiamento diminui.

Na festa de 2010 os foliões passaram por revista realizada pela Polícia Militar; medida apoiada pelos organizadores como forma de coibir possíveis brigas e violência:

O nosso problema é a questão de revista o pessoal né, a gente não criou ainda um mecanismo que a gente possa revistar, como se fosse um funil assim com tem na micareta, que consiga canalizar todo mundo vai passar por ali e vai ser revistado, a gente ainda não conseguiu bolar uma idéia pra isso.

(Membro da Sociedade Musical e Recreativa Nossa Senhora da Lapa, 36 anos, 2009).

²⁶ As figuras 8 e 9 foram capturadas respectivamente dos sítios eletrônicos: Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina e Sociedade Recreativa e Musical Nossa Senhora da Lapa, por meio do recurso *Print Screen*, em janeiro de 2010.



Figura 3: Entrada oficial da Festa do Zé Pereira 2010. ²⁷

E assim, depois de acertados todos os detalhes, a festa esta pronta para começar. No dia do Zé Pereira, o trio elétrico – que fez parte do festejo também no ano de 2010 - vem da localidade do Alto Ribeirão trazendo os músicos e “fazendo a chamada” da população para a festa até chegar em frente à sede da banda.

3.2 “Atrás do Trio elétrico só não vai quem já Morreu”: É hora da festa começar

Nestes últimos anos²⁸, a festa vem ganhando mais adeptos. Pessoas de toda parte da cidade deslocam-se até o Ribeirão para participar do Zé Pereira, isto tem gerado, entendemos, transformações na maneira como a festa é produzida e percebida pelos moradores da localidade, como vemos nesta fala: “*A banda agora fica em cima de um trio elétrico*” (Morador do Ribeirão, 63 anos, 2007) e não mais no chão com o restante dos participantes.

²⁷ A imagem foi capturada do site do Programa Estúdio Santa Catarina, em 07/02/2010, por meio do recurso *Print Screen*. Disponível em: <<http://mediacenter.clicrbs.com.br/templates/player.aspx?uf=1&contentID=99429&channel=47>>.

²⁸ O número de pessoas que vão a festa vem aumentando gradativamente desde o início do século XXI, estima-se cerca de 6 mil pessoas no ano de 2008 e 8 mil pessoas no ano de 2009.

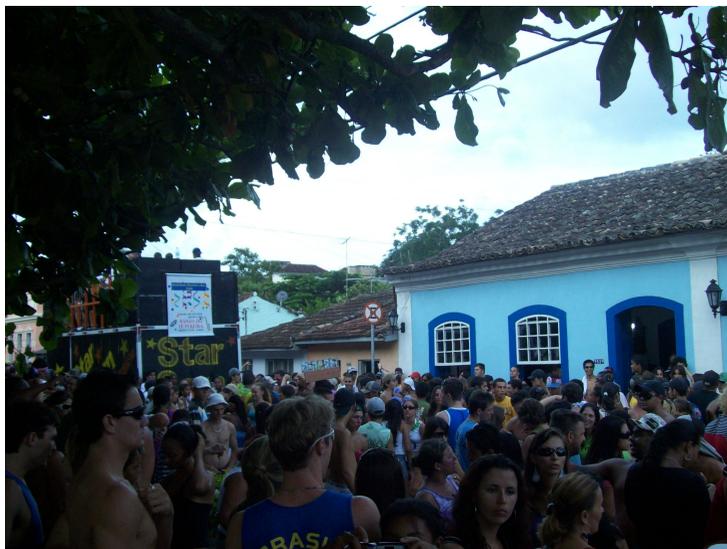


Foto: Mariela Silveira / 2008.



Foto: Mariela Silveira / 2008.

Figuras 4 e 5: No dia do Zé Pereira a pacata e histórica Freguesia do Ribeirão da Ilha torna-se um lugar movimentado, com muitos jovens e diversão.

Nos anos de 2008 e 2009 tive a oportunidade de acompanhar e registrar a festa – com fotos e pequenos vídeos. Além disso, pratiquei observação participante com posteriores anotações no diário de campo, recurso que acredito ter sido de extrema importância para relatar os detalhes da festa²⁹.

A folia do Zé Pereira, como relatado anteriormente, acontece sempre na tarde do último domingo antes do início do carnaval. No ano de 2008, cheguei à Freguesia do Ribeirão da Ilha por volta das 15h30min da tarde e já havia policiamento com movimentação de pessoas fantasiadas, blocos desfilando, bebidas sendo vendidas e consumidas e a imprensa da cidade filmando o evento, que contou com seis mil pessoas, segundo a estimativa publicada em alguns jornais³⁰.

Havia vários blocos na rua, como “Bloco da Rua de Cima” e “Bloco do ET”, porém o bloco que era o “oficial” se chamava “Apito do Agenor”, em homenagem ao “Seu” Agenor que há mais de cinquenta anos é integrante da banda da Lapa e da Banda do Zé Pereira. A bandeira do bloco com os dizeres “Apito do Agenor, Zé Pereira 2008, Floripa, Ribeirão da Ilha” estava afixada em frente à casa dele. Ali parecia ser a concentração do bloco e onde o trio elétrico, que saiu de frente do centro comunitário, ficou estacionado durante as, aproximadamente, duas horas e meia de apresentação (das 16h30min às 19h). O repertório variou das tradicionais marchinhas a músicas de Axé, além de músicas compostas pela banda. Uma em homenagem ao Agenor e outra que se referia aos “manezinhos”³¹ da ilha.



Fotos: Mariela Silveira / 2008

Figuras 6 e 7: Homenagem e Homenageado.

²⁹ A descrição feita usará como base informações registradas em meus diários de campo, escritos em ocasião da festa nos anos de 2008 e 2009, além de informações coletadas em conversas informais no dia da festa e entrevistas feitas em outras ocasiões.

³⁰ Os números foram divulgados pelo Diário Catarinense, CLIC RBS e Jornal do Meio Dias, todos afirmando que os dados foram fornecidos pela Polícia Militar.

³¹ A letra da marchinha “Hino do Manezinho” será analisada no Capítulo IV intitulado “Os ‘nativos’ e os ‘de Fora’ no Ribeirão da Ilha”.

Após a execução da música “Apito do Agenor”, o homenageado foi convidado para falar ao público. O discurso foi breve, ele agradeceu à presença das pessoas e ao Alex (conhecido como Calunga) por compor a letra da música e enfatizou: “*O apito do Agenor é nosso, o apito é Riberonense*”. A fala do homenageado exterioriza o sentimento de localismo presente entre o discurso dos moradores locais.

Quando os músicos do trio elétrico se despediram, por voltas das 19 horas, a policia impediu que se colocasse música na praça. Mesmo assim, as pessoas ainda permaneceram por cerca de uma hora na rua. Em seguida, o trânsito foi liberado pela policia, e o Zé Pereira “oficialmente” encerrado. Desta forma, percebe-se que a festa, que antes era controlada pelos moradores-foliões, agora tem que ser encerrada pela policia, a fim de que seja garantida a ordem e a segurança da população. Poderíamos pensar em uma institucionalização da festa do Zé Pereira.

Em 2009, fui caminhando da localidade chamada Barro Vermelho até à Freguesia do Ribeirão da Ilha, percorrendo uma distância de cerca de 1.500m até o epicentro da festa. Sai da casa que estava por volta das 14h30min da tarde. No caminho registrei o movimento de carros, motos e pedestres que também se dirigiam à freguesia para a festa.

Enquanto o trio elétrico com a banda do Zé Pereira não começava, aproveitei para fotografar e observar o ambiente à minha volta. Usando a festa do ano passado como contraponto, procurei por mudanças. A primeira delas que percebi foi em relação ao comércio de bebidas e alimentação, em maior número e mais organizado; havia inclusive barracas instaladas na areia da praia para vender “krep’s suíço³²”, “churros”, “espetinho³³” e “batidas³⁴”. Os produtos eram preparados e entregues a um garçom que passava pela multidão oferecendo-os. Além disso, vendedores ambulantes, que já estavam presentes no ano anterior, comercializando bebidas alcoólicas, água e refrigerante.

³² O “krep’s suíço” é feito a base de farinha de trigo, leite e ovos. A massa é preparada e despejada em uma forma aquecida, onde é adicionado recheio, que pode ser doce ou salgado e um palito de madeira que permite que ele seja segurado para ser consumido.

³³ O “espetinho” nada mais é que, um palito de madeira, em que se espetam carnes de procedência animal, geralmente gado, para assar sobre brasa feita de carvão.

³⁴ As “batidas” são bebidas alcoólicas, feitas da mistura de ingredientes variados, como cachaça ou vodka, suco de frutas e leite condensado.



Fotos: Mariela Silveira / 2009.

Figuras 8 e 9: A pequena faixa de areia é ocupada extraordinariamente por quiosques, assim como as estreitas calçadas em frente aos casarios. Forma-se um corredor duplo: o primeiro existente o ano inteiro, margeado por casas e pelo mar; o segundo, observado excepcionalmente no carnaval, formado pelo comércio ambulante e quiosques.

Outros diferenciais do ano de 2009 foram: o apoio da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, a presença da corte do carnaval de Florianópolis e de blocos carnavalescos de outras regiões da ilha, que, como já relatado na sessão anterior, foram convidados à participar pela primeira vez na história da festa.

A apresentação da banda do Zé Pereira durou cerca de 3 horas, das 15:00 às 18:00h. Em cima do trio elétrico estavam os integrantes da banda e alguns músicos veteranos. Agenor – homenageado no ano anterior - subiu por alguns momentos a pedido de um dos músicos. A intenção era prestar uma

homenagem ao morador, como havia sido feito ano passado, mas o som vindo dos instrumentos musicais presentes na multidão, era mais alto e se sobressaía em relação à sonorização do trio.

Segundo relatos de moradores da localidade, nunca houve um Zé Pereira tão movimentado. A fila de carros estacionados ao longo da Rodovia Baldicero Filomeno, que é a principal do bairro, chegou até a frente da capela do Simplício no Barrô Vermelho – cerca de 1km e meio. Outro fato que se ouvia entre os moradores era a preocupação com a segurança da festa: “*o que adianta eles divulgarem um monte a festa e não colocarem policiamento?*” (Moradora do Ribeirão da Ilha - conversa informal, 25 anos, 2009)³⁵. Incutida nessa fala há uma crítica local em relação à divulgação da festa e a decorrente impossibilidade de se exercer o controle sobre ela, haja vista o grande número de pessoas atraídas para o evento.

De acordo com a com o sítio eletrônico de notícias do grupo RBS, mais de 8 mil pessoas foram atraídas pelo evento e o número de ocorrências e brigas foi alto, inclusive culminando em um incidente envolvendo dois jovens rapazes³⁶:

Mas os moradores mais antigos estão insatisfeitos com o que chamam de 'invasão'. Jovens estacionam seus carros com músicas em outros ritmos que não são do Carnaval da Ilha: eletrônico, funk, axé. Outro ponto que também assusta é a violência. A Polícia Militar e a Guarda Municipal entraram em ação por várias vezes. De acordo com a PM, em 99% dos casos o álcool é o motivo das brigas³⁷.

Um discurso recorrente foi a idéia de que “*O Zé Pereira era uma brincadeira boa antigamente, hoje em dia vem um monte de gente de fora, fazendo baderna, bebendo e arrumando briga*”, (Moradora do Ribeirão da Ilha - conversa informal, 25 anos, 2009).

Para a maioria dos moradores entrevistados do Ribeirão, a festa não é mais aquela brincadeira “saudável” entre os conhecidos da região:

³⁵ O depoimento da moradora foi colhido informalmente, quando conversávamos em um grupo de pessoas que foram comigo à Freguesia sobre as impressões de cada um sobre o Zé Pereira.

³⁶ Segundo notícias vinculadas no sítio eletrônico CLIC RBS e em outros jornais locais, um jovem rapaz teria sido alvejado por balas vindo a falecer posteriormente. A briga foi depois da festa ter sido encerrada oficialmente, por volta das 21 h. A motivação era uma rixa antiga entre os envolvidos. Ainda segundo informações da empresa, os envolvidos eram da região do Ribeirão da Ilha.

³⁷ Disponível em:

<<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer.getBlog&template=3948.dwt§ion=Blogs&post=151159&blog=583&coldir=1&topo=4254.dwt&espname=carnaval>>. Acesso em: 16/02/09.

De uns tempos pra cá, eles – a equipe da banda que organiza a festa - começaram assim a divulgar pra vim gente de fora [...] Agora é só venda de cachaça, eles vem mais é pelo interesse, pra bebe, pra vender, entendesse?, na rua tudo quanto é tipo de cachaça tem, de cerveja tem...Então eu não gosto mais. Hoje até trio elétrico eles trazem pra cá, nem se vê a banda [...] Eu não gosto, pra mim o Zé Pereira já morreu, existe somente agora o carnaval de rua.

(Moradora do Ribeirão, 78 anos, 2010).

Mesmo não sendo mais considerado “brincadeira saudável entre os conhecidos” quando eu perguntava sobre a sua permanência nos dias de hoje, as opiniões dividiam-se. Há quem pense, como a entrevistada citada acima, que o “Zé Pereira já morreu” e não há mais sentido em continuar, pois não é mais “como antigamente”. Há aquelas pessoas que, mesmo compartilhando da idéia de que a festa gera bagunça e atrai “gente de fora”, acreditam que ela é uma tradição e, que por esse motivo, deve ser mantida:

É bom claro, por mim não acabava não, mais tem gente que já não concorda, a minha vizinha ali já acha que tem que acabar, que dá muita bagunça, muita gente de fora, muita droga, já não é mais o nosso Zé Pereira, é completamente diferente. É uma multidão, cada ano vem mais gente, da Tapera, do Alto Ribeirão, da Costeira Pirajubae, Pântano do Sul e do Centro. Cada ano da mais gente vai uma pessoa gosta e no outro ano leva os parentes os amigos. Ano passado a fila de carro chegou lá no Barro Vermelho, era 10 /11 horas da noite ainda passava gente a pé, muita gente fica depois da festa toma banho e vai a pé busca o carro que ta longe, mais tudo é festa pra eles, né.

(Moradora do Ribeirão, 71 anos, 2010).

Por meio dos depoimentos destacados acima, podemos apontar duas idéias coexistentes entre os moradores locais. A primeira caracteriza a festa como uma réplica, não sendo mais como “antigamente”, e, portanto, deveria acabar. A segunda é a de que a festa é uma tradição e como tal deve ser mantida, mesmo causando alguns transtornos à comunidade.

Outra diferença descrita entre o Zé Pereira “de antigamente” e o que acontece hoje é o “joga n’água”. Essa prática é recente e aparece relatada, de diferentes formas, em distintas fases do Zé Pereira. No “joga n’água” as

pessoas empurram umas as outras no mar, na praia em frente à praça das casas geminadas na Freguesia³⁸.

O banho de mar como prática social em Florianópolis desenvolve-se entre as décadas de 1930 e 1950. No decorrer do século XIX até meados do século XX, o banho de mar passou por várias etapas até se tornar uma prática ordinária de lazer. Na época em que a cidade ainda se chamava Desterro, já foi considerado “abuso ao código de posturas”, depois autorizado como tratamento médico, alívio contra os dias de calor, até ser ver visto como “divertimento entre as famílias” e, por fim, atrativo turístico. (FERREIRA, 1998).

Segundo relatos de moradores da Freguesia do Ribeirão nascidos entre as décadas de 1930 e 1940, antigamente as pessoas quase não se banhavam ao mar. Quando crianças pediam a suas mães ou avós para tomar banho de mar raramente tinham seu pedido atendido: “*A gente pedia pra elas deixarem a gente tomar banho de mar e elas não deixavam*”. (Moradora do Ribeirão, 71 anos, 2007).

O que podemos resgatar através dos relatos em relação à diferença do Zé Pereira para o “joga n’água” é que o Zé Pereira acontecia todos os finais de semana, há pelo menos dois meses antes do carnaval. O “joga n’água” acontecia como encerramento do ciclo do Zé Pereira, durante a tarde do último domingo de Zé Pereira, antes de a folia carnavalesca começar:

O joga na água foi depois, mais tarde né, quando a gente ficava na pracinha ali, tinha uns que vinham e iam dentro da água, daí ia todo mundo parar na água, só não ia os músicos por causa dos instrumentos. Iam os que queriam e os que não queriam também, se tivesse perto os outros pegavam e jogavam na água, então ficava um carnaval na água né, era tipo um encerramento, né.

(Morador do Ribeirão, 82 anos, 2010).

Não foi possível precisar a data em que o “joga n’água” foi introduzido ao Zé Pereira. O que se sabe é que na época em que o Zé Pereira

³⁸

A Freguesia do Ribeirão possui um traçado urbanístico interessante. Há a Igreja Matriz do século XIX, a praça, hoje conhecida como Hermínio Silva, e as ruas paralelas a ela com as casas geminadas. Segundo informações obtidas em entrevista, as famílias mais abastadas moravam na rua principal – que hoje faz parte da Rodovia Baldicero Filomeno -, até então chamada de Marcelino Antônio Dutra. Lá era também onde ficavam os comércios e o cartório. A hoje denominada rua de Cima era a “rua do Vigário” e as ruas paralelas à praça Hermínio Silvia quase não tinham nomeação, lá residiam as famílias de menor poder aquisitivo do bairro que trabalhavam na agricultura e pesca.

foi incorporado a festa do Camarão, por volta da década de 1980, a brincadeira já existia:

*De um certo tempo, o Zé Pereira era o joga na água, ele ia pra lá até lá embaixo, voltava e na volta jogava todo mundo na água, era quem mais podia pegar as pessoas pra jogar na água, foi há pouco tempo, poucos anos, mais ainda fazem, a banda ia tocando e eles na água [...] No meu tempo não tinha, era só o Zé Pereira e pronto, acabava o Zé Pereira e saía pra cá pra guardar os instrumentos, começou isso foi mais na época da Festa do Camarão.
(Moradora do Ribeirão, 78 anos, 2010).*

Nos relatos de moradores um pouco mais jovens, nascidos nas décadas de 1970 e 1980, encontram-se descrições de como o “joga n’água” acontecia:

*O Zé Pereira era como uma festa de pré-carnaval que era acompanhada da Festa do Camarão e logo após a festa teria o Zé Pereira com o Joga n’ água que era uma brincadeira que se fazia, as pessoas iam lá com o intuito de se divertir, e tinha uma brincadeira de quem ficava perto da praia era jogada na água, mesmo se não queria, era uma brincadeira né [...] Tinha as pessoas com os blocos e se vestiam, era um desfile de blocos junto com o joga na água acompanhado pela banda.
(Moradora do Ribeirão, 25 anos, 2010).*



Fotos: Cedidas do arquivo pessoal de uma das entrevistadas / 2002

Figuras 10 e 11: Bloco das “Chapeuzinhos Vermelho e o Lobo Mal” pronto para a folia.

Conforme um dos membros da banda da Lapa explicou, a Festa do Camarão, organizada pela Igreja Nossa Senhora da Lapa, era sempre feita na época do Zé Pereira para aproveitar o movimento. A festa acontecia no último fim de semana antes do carnaval, iniciava na sexta-feira e encerrava no domingo junto com o Zé Pereira “joga n’água”:

Inclusive a Festa do Camarão era sempre feita no dia do joga na água, era uma estratégia porque já sabia que ia vim aquele conjunto garantido, estratégia da Igreja que já sabia que ia ter aquele público na festa.

(Membro da Sociedade Musical e Recreativa Nossa Senhora da Lapa, 36 anos, 2009).

Desta forma, pode-se inferir que os novos eventos ligados a obtenção de renda inseridos ao Zé Pereira apontam para uma possível mercantilização desse bem de referência da comunidade. Isso se torna claro com a “apropriação” do Zé Pereira pela Festa do Camarão.

Também foi possível encontrar, em meio aos relatos dos entrevistados, narrativas a respeito do envolvimento da comunidade com o “joga n’água”, quando perguntávamos se havia comentário de alguém mais velho da família – avós, pais, irmãos – a respeito do Zé Pereira:

Eles falam do joga na água, que as pessoas até tinham medo de freqüentar a festa pra não serem jogadas na água, quando eu era criança eu me lembro de ir à festa, mais de ficar um pouco antes assim do mar, com medo de ser jogada na água [...] Eu me lembro que a minha mãe dizia: “tu vai lá, toma cuidado, vão te joga na água” e eu tinha medo. Ela dizia: “Passando lá não escapava ninguém jogavam todo mundo na água”.

(Moradora do Ribeirão, 25 anos, 2010).

No passado, principalmente no período em que o Zé Pereira esteve vinculado à Festa do Camarão, o “joga n’água” era prática difundida entre os freqüentadores da festa. Hoje com a incorporação de outros elementos, como o trio elétrico, essa prática parece menos constante, pelo menos aos olhos de um dos integrantes da banda e organizadores da festa:

Até o joga n’ água não sei se acabou por causa do trio, mais o trio acho que influencia porque o joga n’ água não teve tanto, antes era diferente o pessoal vinha pra

curtir mais também pelo joga n' água, agora ta mais pelo Zé Pereira do que pelo Joga n' água. O joga n' água eu creio que já não tem muito [...] Era mais o pessoal daqui, joga n' água era uma coisa mais íntima né ,agora com o trio já não dá [...] Pra banda era legal ia junto com os instrumentos e tudo e fazia o encerramento. O trio ficou mais impessoal né, quando era no chão tinha um calor humano maior, apesar que agora dá mais gente mais é diferente.

(Membro da Sociedade Musical e Recreativa Nossa Senhora da Lapa, 24 anos, 2009).

No ano de 2009, por meio da observação participante e de relatos colhidos de moradores e frequentadores da festa, podemos ilustrar a dinâmica da festa:

Não dava pra andar era melhor ficar parado [...] não ia ter como a gente fazer a trajetória que a gente fazia, que era sair do Clube Social - Centro Comunitário, ao lado da sede da banda -, ir até a igreja da Lapa, a gente desfilava mesmo, ia cantando com a banda, chegava lá na igreja, fazia a volta e continuava desfilando até a pracinha - praça em frente à praia e as casas geminadas da freguesia -, lá a gente ficava dançando, brincando, daí tinha o joga na água no fim da festa.

(Moradora do Ribeirão, 25 anos, 2010).

3. 3 O Trajeto do Zé Pereira

Poderemos ver, ao longo desse capítulo, que o trajeto percorrido durante a festa do Zé Pereira passou por algumas variações ao longo do tempo. Porém, manteve sempre o trajeto entre os pontos A e B da figura 12, que compreende o trecho da rua principal do bairro – Rodovia Baldicero Filomeno – e onde ficam as casas geminadas e a praia da Freguesia, ponto 2.

Em sua fase inicial – final do século XIX – o cortejo já se iniciava em frente ao Centro Social Comunitário, ponto 1 (onde aos fundos localiza-se a sede da banda da Lapa), e ia até o início da Freguesia (ponto C), de lá voltando na companhia dos foliões até o ponto A.

Atualmente o trio elétrico sai do ponto A e vai até o ponto B, sendo esse trajeto percorrido em “vai e vem” ou não. Após, os foliões concentram-se

no ponto 2, que era o lugar onde acontecia o “joga n’água” e em 2010 houve a montagem do palco para a apresentação da Banda do Zé Pereira.



Imagem Google Eart / 2009.

Figura 12: Perímetro Urbano da Festa do Zé Pereira.

Neste capítulo, por meio da voz dos interlocutores, descrevemos a dinâmica da festa no passado e no presente, destacando a relação dos moradores deste bairro e da Banda Nossa Senhora da Lapa com a produção e percepção da festa ao longo dos anos.

CAPÍTULO IV – OS “NATIVOS” E OS “DE FORA” NO ZÉ PEREIRA DO RIBEIRÃO DA ILHA

Conforme já destacamos na introdução, a década de 1970 foi um marco para o Ribeirão da Ilha, com mudanças, tais como, a maricultura, a implantação da Festa do Camarão e o turismo, o que acabou atraindo novos moradores ao bairro.³⁹ Nesse momento, pessoas de outras localidades da cidade “descobrem” o Ribeirão, que, por possuir uma orla marítima de “recortes atrativos, encantadores e repousantes”, acabou atraindo os primeiros compradores das “casas à beira-mar” cujo intuito era a prática do veraneio. Como consequência, os pescadores, que antes moravam nas bordas do mar, foram distanciando-se, mudando para os morros. (PEREIRA, 1991):

Felizmente aqui na Freguesia é muita pouca gente de fora morando, não tem ninguém que vende um terreno, que vende uma casa, ninguém vende nada é tudo povo daqui os filhos que herdaram, já no Alto Ribeirão na Costeira do Ribeirão, na Caieira da Barra do Sul é tudo gente de fora, o pessoal vendeu o que tinha e foi pro morro, vendeu o que tinha e foi não sei pra onde. (Morador do Ribeirão, 82 anos, 2010).

Em contrapartida, a venda das terras à beira-mar, na maioria das vezes, significou uma melhoria nas condições de vida da família dos pescadores e possibilitou o aumento da infra-estrutura local, requisito exigido para que o turismo fosse possível.

Os primeiros compradores eram majoritariamente de outras regiões de Florianópolis e logo começaram a surgir interessados de outros estados e até países, o que acarretou o crescimento considerável do fluxo turístico e aumento do valor das propriedades. Para atender a essa nova demanda formou-se um mercado de serviços que acabou absorvendo a mão-de-obra local, antes os pescadores e lavradores. Houve, assim, uma transição do trabalho autônomo e informal para o assalariado e formal. Essa mudança exigiu a melhoria de vários serviços essenciais à comunidade como a instalação da rede telefônica, a expansão da rede elétrica, a pavimentação de estradas, a instalação de postos de saúde, de um Centro Social comunitário e melhorias no serviço de

³⁹ O Ribeirão da Ilha, assim como grande parte do município de Florianópolis, impulsionado pelo turismo vivencia um processo de transformação econômica e territorial, cujos marcos foram: a conclusão da pavimentação asfáltica da rodovia BR-101 e a construção e/ou pavimentação de várias rodovias estaduais que ligam bairros do norte e do sul da ilha ao centro, como as SC-401, SC-404, SC-405 e SC – 406. (FERREIRA, 1998).

transporte coletivo de passageiros. Nesse processo, houve também uma série de ações clandestinas como a construção de casas junto às praias e o fechamento do acesso à população em geral a essas partes, além do lançamento de esgoto no mar sem tratamento. (PEREIRA, 1991).⁴⁰

Entre as preocupações da comunidade (velhos e novos moradores) encontram-se a necessidade de estabelecer critérios de ocupação das áreas do distrito para um controle ordenado de crescimento. Além disso, estão preocupados com a preservação do riacho, com os acessos à praia, a recuperação de espaços públicos, a falta de local para estacionamento. Sugerem também a construção de trapiches coletivos, uma vez que os trapiches existentes são dos restaurantes locais, ou seja, privados, sendo usados como extensão do espaço do estabelecimento para acomodar os clientes, como podemos observar nas figuras abaixo.



Foto: Mariela Silveira / 2009.

Figura 13 – Ocupações - Estacionamento junto ao conjunto arquitetônico da Freguesia.

⁴⁰ Em Dezembro de 2007 assisti a uma reunião do Núcleo Gestor do Orçamento Participativo que aconteceu no centro social da Freguesia do Ribeirão. A reunião estava sendo presidida pela médica do posto de saúde do bairro, que falava sobre os lugares do Ribeirão e as alternativas para melhoria da qualidade de vida e geração de renda, tais como: construção de trapiches para as fazendas de marisco familiares que serviriam também para turismo; escolha de um lugar para feira livre; revitalização da pracinha da Freguesia, etc.



Foto: Mariela Silveira / 2009.

Figura 14- Trapiches Particulares - Uso indevido da orla marítima.

Em relação à entrada de Ribeirão no circuito do turismo nos perguntamos quais atividades teriam no Ribeirão para oferecer aos viajantes e assim justificar sua entrada no roteiro de atrativos da capital turística do Mercosul⁴¹? Mas basta fazer uma pequena pesquisa em sítios eletrônicos governamentais⁴² para obter uma resposta. Segundo o portal de turismo e negócios do Estado de Santa Catarina o “Ribeirão da Ilha é ideal para: passeios, lazer, gastronomia, visitas ao patrimônio histórico”. Na página virtual da Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o Ribeirão é descrito como “local bastante aprazível [...] área de lazer e balneário”; e no sítio eletrônico da SANTUR–Santa Catarina Turismo S/A é possível encontrar dentro do calendário de eventos de Florianópolis o “Zé Pereira”, festa objeto de estudo deste trabalho. Certamente, a propaganda reforçada pelo discurso do Patrimônio Cultural como atrativo, ajuda a trazer cada vez mais pessoas para

⁴¹ A partir da década de 1980, o turismo se consolida em Florianópolis, e, nessa época, surgem as primeiras campanhas publicitárias institucionais que começam a intitular a cidade como a “capital turística do Mercosul”. Essas campanhas eram compostas por propagandas veiculadas na televisão, no rádio, por meio de panfletos, etc.

⁴² As consultas foram feitas nos seguintes sítios eletrônicos: <http://www.santur.sc.gov.br> e <http://portal.pmf.sc.gov.br>, respectivamente SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A e Prefeitura Municipal de Florianópolis. Acesso em: 05/11/2009.

os “recortes atrativos e repousantes do Ribeirão da ilha” (PEREIRA, 1991, p. 98). O uso do Patrimônio Cultural como chamariz para o turismo pode ser visto no anúncio do sítio eletrônico destacado a seguir:

Logo quando se chega, percebe-se os traços definidores desta cultura ainda preservados de forma original e intensa. As casas, em sua maioria, possuem paredes rosas com janelas amarelas ou brancas. Ou verde com azul. As cortinas também chamam a atenção, quase todas feitas de renda. Além disso, é comum a presença de mulheres debruçadas na janela, apreciando o movimento do lado de fora, ou proseando com alguma comadre que por ali passa. Enquanto isso, seus maridos, quase todos pescadores, puxam as redes na praia para trazer peixe fresco para casa⁴³.

4.1. Turismo vs Patrimônio

Os elementos evocados no trecho acima, tais como a originalidade, arquitetura e modo de vida, nos mostram que o propósito da propaganda é destacar que as características contidas nas relações interpessoais são reflexos de um modo de vida singular e que não pode deixar de ser visitado. Esse tipo de propaganda tem como intuito atrair os adeptos do turismo cultural. Este consiste em programas direcionados a pessoas interessadas em conhecer os costumes, patrimônios⁴⁴ e bens culturais de determinado povo ou região. (PELLEGRINI FILHO, 2000)⁴⁵.

⁴³ Disponível em: <<http://www.guiafloripa.com.br/turismo/praias/ribeirao.php3>>. Acesso em 03/11/09

⁴⁴ Patrimônio é uma palavra que, mesmo no contexto dos bens culturais, pode assumir vários sentidos. Em sua origem estava ligado à herança familiar na forma de bens materiais. A preocupação de proteger monumentos de valor histórico das nações foi registrada na França do século XVIII, onde o poder público adotou as primeiras medidas de proteção. (RODRIGUES, 2007)

⁴⁵ A criação de patrimônios nacionais foi intensificada no decorrer do século XIX e contribuiu para a criação de referenciais compartilhadas por todos os cidadãos de um mesmo país. Com isso, pretendia-se “unificá-los em torno de pretensos interesses comuns, resultando uma imposição de uma língua nacional, de ‘costumes nacionais’, de uma história nacional que se sobrepusesse às memórias particulares e regionais” (RODRIGUES, 2007, p. 16). Assim, o Patrimônio passa a constituir uma “coleção simbólica unificadora”, com o intuito de estabelecer a mesma base cultural a todos, apesar da diversidade entre os grupos sociais que compõe um território. Nesse sentido, a palavra Patrimônio sinaliza uma escolha oficial que destaca uma representação do passado cultural e histórico de uma dada sociedade.

O uso da palavra Patrimônio de forma geral refere-se apenas a uma parte dos Bens Culturais chamada de Patrimônio Histórico e Arquitetônico. Entretanto, essa visão não dá conta de toda a diversidade que o conceito Patrimônio abriga, isto já foi explicitado no capítulo II deste trabalho que mostrou a noção mais ampla de Patrimônio, considerando que Patrimônio Cultural não abarca só os bens edificados, mas também o modo de ver, agir, pensar e expressar que são passados de geração em geração.

Ao entrar na pós-modernidade, que tem sido caracterizada como um período de transição e de transformação social, deparamo-nos com o que Anico (2005) chamou de “boom do patrimônio”. Segundo ela é causado pelas “acelerações brutais da história contemporânea e a imediatez ao nível da propagação da informação” que acabaram contribuindo “para a emergência de uma consciência patrimonial”. Para a autora o “boom do Patrimônio” nada mais é que a “proliferação de instituições e instrumentos vocacionados” para a preservação das referências culturais patrimoniais. (ANICO, 2005, p. 74).

Adotando o conceito de Patrimônio como “um modo de produção cultural no presente que tem como recurso o passado” (KIRSHENBLATT-GIMBLET *apud* ANICO, 2005, p. 76), Anico infere que, sendo representante simbólico da cultura, o Patrimônio limita seu potencial de “rentabilização social e econômica”. Este se daria por meio da procura pelo turismo cultural, oferecido a um público “consumidor de cultura”⁴⁶.

O foco de estudo desse trabalho, a festa do Zé Pereira, é indicado como um “Bem Cultural”, que Anico chamou de “instituições e instrumentos vocacionados”:

O Zé Pereira é uma festa, da cultura açoriana, né, um pré-carnaval que ta associado à cultura do Ribeirão da Ilha mesmo [...] A gente sabe que é tradição pela a história do Ribeirão da Ilha, já existe há anos a festa, os meus pais já freqüentavam.

(Moradora do Ribeirão, 25 anos, 2010).

Desse modo, essa manifestação é vista pela população do bairro onde está inserida como uma tradição, que está atrelada à história e a memória do Ribeirão da Ilha. O que faz, não só dela, mais de outras formas de expressões e manifestações, um atrativo para os que buscam “consumir cultura”.

⁴⁶

Ibid.,p. 76

4.1.2 De Quem é o Zé Pereira dos “De Dentro” Ou dos “De Fora”?

Durante a realização do campo, os conceitos de “nativo” e “de fora” destacaram-se. Por esse motivo, serão utilizados para elucidar algumas questões que permeiam este trabalho. Os moradores locais do Ribeirão da Ilha entendem por *nativos* as pessoas nascidas na localidade e por *de fora*, as pessoas que vêm de outras localidades para a festa, podendo ser turistas ou moradores de outras localidades de Florianópolis.

Uma das maiores reclamações dos considerados *nativos* gira em torno do “pessoal que vem *de fora*” e que, por vezes, acabam gerando conflitos na festa:

Era uma brincadeira gostosa pela rua, pulando, dançando é uma confraternização, mas ultimamente deu briga, gente bebendo, gente de fora... (Morador do Ribeirão, 82 anos, 2007).

Daí de uns tempos pra cá, eles começaram assim a divulgar pra vim gente de fora, daí tinha a Festa do Camarão, tinha muito camarão aqui né, e nessa Festa do Camarão o Zé Pereira saía, era o povo todo, era uma maravilha. Até que começaram a divulgar muito, né, e hoje já não é mais aquilo não. (Moradora do Ribeirão, 78 anos, 2010).

Hoje em dia é só uma festa, um pré-carnaval, que ta trazendo cada vez mais pessoas pro Ribeirão da Ilha, já não é mais só a comunidade ali que participa, já vem pessoas de fora, ta muito grande, já não é como antigamente.(Moradora do Ribeirão, 25 anos, 2010).

Não é aquele tradicional né, vem muita gente de fora, os guri bebem, aquela bagunçada de jovem, é completamente diferente agora eles fazem de dia, o Zé Pereira agora é joga na água, já vem pra praia ficam o dia todo e de tarde caem na folia e vão tomar banho de mar, é o Zé Pereira joga n'água.(Moradora do Ribeirão, 71 anos, 2010).

As falas acima, de moradores *nativos*, ilustram a questão e servem como base para fazermos algumas considerações neste momento. Conforme

descrevem Elias e Scotson (2000), em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, a relação entre os considerados “nativos” e os “de fora” é um tema universal:

Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros. (Elias e Scotson, 2000, p.20).

Assim, os *estabelecidos* podem ser definidos como um grupo que se auto-percebe e que é reconhecido como a “boa sociedade”, que tem a identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência, compondo, assim, um modelo moral para os outros. Em contrapartida, os *outsiders* são os que estão de fora, os não membros, da “boa sociedade”, formando um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os estabelecidos.

Ainda de acordo com os autores, o grupo estabelecido estigmatizaria os *outsiders* por meio de termos específicos⁴⁷. Tais termos variam de acordo com as características sociais e tradições de cada grupo e só fazem sentido dentro do contexto de uma relação estabelecidos–*outsiders*.

Constantemente os *outsiders* são vistos pelos estabelecidos como desordeiros, indisciplinados e indignos de confiança. Elias e Scotson (2000) fazem uso do conceito de anomia para explicar essa relação. Por anomia⁴⁸ os autores entendem a ausência generalizada de respeito às normas sociais, devido às contradições ou divergências entre elas. As considerações de Elias e Scotson ajudam a pensar a festa do Zé Pereira em 2009.

Os moradores do Ribeirão, principalmente da Freguesia, reclamavam que o evento deixou de ser familiar e tomou proporções gigantescas e que a estrutura para a festa é mínima, as ruas são estreitas, a divulgação, muito ampla e o policiamento, insuficiente.

⁴⁷ “Crioulo”, “gringo”, “carcamano”, “sapatão” e “papahóstia”, são exemplos de termos estigmatizantes apontados pelos autores.

⁴⁸ O termo *Anomia* foi cunhado por Durkheim (1897), em sua obra *O Suicídio*. Para o autor, Anomia é “um estado de desregramento social no qual as normas estão ausentes ou perderam o sentido. A sociedade deixa de estar suficientemente presente para regular as paixões individuais, deixando-as correr desenfreadas, e esta é a situação característica das sociedades modernas”. (QUINTANEIRO, 2000, p. 39).

Tais fatores, somados ao caráter desordeiro atribuído aos *de fora* fecha a equação que resulta em baderna, bagunça e incidentes violentos⁴⁹.

4.2. A Contra Cara da Relação: Estabelecidos X Outsiders

Entretanto, não são só os “nativos” que utilizam de instrumentos de estigmatização. Muitas vezes também os “de fora” estigmatizam os “nativos”, como no caso da designação “manezinho”. A discussão a respeito desse termo estigmatizante e da identidade cultural em Florianópolis já foi tratada por Rial (1994), Lacerda (2003), dentre outros. Entendemos ser necessário resgatá-la neste momento.

A busca por uma identidade cultural específica de Florianópolis remete à década de 1940 quando, seguindo a linha nacionalista do governo Getúlio Vargas, procurou-se consolidar o papel histórico da colonização açoriana. O assunto acabou sendo tema do I Congresso Catarinense de História em 1948. Havia um sentimento de inferioridade da região em relação ao resto do estado, relacionado com o fato de ser a cidade colonizada por portugueses, que eram vistos como indolentes, amarelos e manezinhos e não por alemães ou italianos como no interior. (LACERDA, 2003).

Durante o citado Congresso, procurou-se resgatar a história e importância dos açorianos, que passaram de indolentes à figura central no processo de construção da cidade. Como consequência, uma série de ações foram realizadas visando à reafirmação cultural de Florianópolis; são algumas delas:

- a) de 1950 a 1970 – busca pela consolidação da história e do folclore dos açorianos;
- b) de 1970 a 1992 – reafirmação da história e do folclore consolidado no período anterior através das semanas culturais realizadas pela Universidade Federal de Santa Catarina em conjunto com a Universidade dos Açores; e
- c) de 1980 a 1990 – transformação das antigas comunidades pesqueiras em centros turísticos.

Sendo assim,

A açorianidade, que era projeto de elites intelectuais, estava em vias de tornar-se massiva, seja na forma de uma territorialização simbólica de suas fronteiras, na criação de festas de evocação, na busca das raízes de além mar, e

⁴⁹ Entretanto, nem sempre o conflito é provocado pelos *de fora*, uma vez que o *nativo* também pode estar envolvido em circunstâncias consideradas de desordem.

no cultivo - algo exótico - da auto-imagem da figura do “manezinho”. (LACERDA, 2003, p. 95).

Com isso, o tema da açorianidade ganha maiores proporções e consolida a imagem dos chamados açorianos-descendentes, que agora possuem uma história, uma tradição e uma origem. O “manezinho” passa a ocupar um lugar dentro do “mosaico étnico-catarinense” (GARCIA JR, *apud* LACERDA, 2003, p. 85), elemento que vai fixar as diferenças entre as etnias que colonizaram as diversas regiões do Estado.

Algumas ações do meio acadêmico, da mídia local e da Prefeitura Municipal contribuíram para consolidação dessa imagem. Em 1984 funda-se, na Universidade Federal de Santa Catarina, o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) que tem como objetivo resgatar a cultura açoriana. Buscou sua preservação e divulgação em todo o Estado de Santa Catarina, por meio de pesquisa, educação, mapeamento, organização da Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina – AÇOR – e formação e manutenção da biblioteca do NEA. Além disso, criou-se o “Troféu Açorianidade” em 1996 com o intuito de reconhecer e valorizar o trabalho de instituições, pessoas ou empresas em prol da cultura de base açoriana do Estado de Santa Catarina.

Em 1987 foi instituído pela RBS TV o “Troféu Manezinho da Ilha” que tem como objetivo homenagear pessoas que se destacam em seus ramos de atividades sejam eles Florianopolitanos ou não. Para Rial (2001), a criação desse “Oscar Nativo”, muito mais que homenagear os manezinhos, vem com o propósito de resgatar uma suposta tradição local.

Há poucos anos atrás, com a publicação da Lei Municipal nº 6.764, de 15 de agosto de 2005⁵⁰, foi instituído em Florianópolis o dia municipal do Manezinho. Essa lei parece ser o ápice desse processo de resignificação que se iniciou na década de 1940. Vejamos o texto legal:

⁵⁰ Leis Municipais. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/advancedsearchnew2.pl> >. Acesso em: 06/07/2007.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído "Dia Municipal do Manezinho" o primeiro sábado do mês de junho, de cada ano.

Art. 2º Para comemorar o "Dia Municipal do Manezinho", a Câmara Municipal de Florianópolis realizará Sessão Especial no decorrer da semana que antecede o dia instituído.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 15 de agosto de 2005.

Dario Elias Berger,

Prefeito

Portanto, ao lado da noção de açoriano-descente temos o conceito de “manezinho”, diminutivo de mané, que, segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, significa indivíduo inepto, desleixado, negligente. No entanto, durante a segunda metade do século XX, esse conceito passa por uma resignificação, o “manezinho” deixa de ser alguém tolo, ignorante e matuto para representar alguém que conhece a ilha mais que os outros, principalmente quando esses outros são turistas ou pessoas de outras cidades, estados ou países que fixaram residência em Florianópolis. Nas palavras de Rial:

Ser Manezinho da Ilha é ser visto como mais Ilhéu do que os outros Ilhéus. A identidade que se afirma aqui é a do verdadeiro Ilhéu, daquele que conhece os códigos e modos do lugar, que conhece principalmente a fala daqui. O que antes era motivo de vergonha, um desqualificador social, passou a ser visto como uma qualidade positiva. (RIAL, 2001, p.19).

Porém, a resignificação não apagou da memória coletiva o significado “original” do termo, que ainda é usado como categoria pejorativa pelos *de fora* em relação aos *nativos*, assim como entre os *nativos* nos seus meios de sociabilidade. O exemplo abaixo dado por Rial esclarece esse duplo uso do termo. Nesse contexto, dentro de um estádio de futebol, o termo “manezinho” é usado para se referir ao outro como sinônimo de matuto, alguém que não sabe se comportar.

Estádio da Ressacada, minutos antes do jogo do Brasil contra a Islândia. Um torcedor inquieto, agita os braços em

direção a outro, distantes alguns metros, e, com um reconhecível sotaque ilhéu, esbravejava: "Senta, senta! Vamos assistir o jogo sentado". Vendo a ineficácia do apelo, arremata: "Mas é um Manezinho mesmo, nunca veio a um estádio antes". (RIAL, 2001, p. 17.).

Assim, a resignificação do termo “manezinho” mostra que a cultura é uma instância dinâmica, que está em meio aos significados e as ações diárias de nossas vidas. Não é algo que pode ser mensurado ou controlado. Ela fala e encontra seu próprio sentido dentro de suas tramas, deixando claro, nesse caso, que a resignificação de um termo não significa necessariamente a desapropriação do seu sentido “original” podendo ser a junção com outro.

Esse processo de valorização da cultura açoriana, também pode ser entendido à luz de Stuart Hall (2004). No final do século XX, assistimos a uma fragmentação e modificação das paisagens culturais e das identidades pessoais, o que finda a idéia de que somos sujeitos integrados.

Hall investiga a existência de uma crise de identidade na modernidade tardia⁵¹, que seria representada pela perda do sentido de si, deslocamento e descentralização dessas identidades. Tal descentralização ocorre tanto em relação ao lugar dos indivíduos no mundo sócio-cultural, quanto em si mesmo, constituindo uma “crise de identidade”. Essas mudanças tomadas em conjunto representam um processo de transformação da própria modernidade.

Para o autor, a identidade só se torna uma questão quando está em crise, adquirindo visibilidade. No nosso caso, o movimento de resgate da cultura açoriana e o processo de resignificação do termo “manezinho” aparecem como uma visibilidade resultante da crise de identidade apontada por Hall.

A letra da marchinha que foi instituída oficialmente pela Prefeitura Municipal de Florianópolis como o Hino dos Manezinhos⁵², cantada pela banda durante a realização do Zé Pereira, reflete não só a resignificação do termo, como a própria relação *estabelecidos–outsiders*:

⁵¹ Para Hall, a “modernidade tardia” ou “pós-modernidade”, se inicia na segunda metade do século XX e tem como o seu maior desdobramento o “descentramento do sujeito cartesiano”, (HALL, 2004).

⁵² A marchinha, até então conhecida como: “Sou mane”, foi instituída como “Hino do Manezinho”, por meio da Lei Ordinária de Florianópolis Nº 7262 de 08/01/2007.

"Hino do Manezinho" (André Calibrina)

Ó lhó lhó lhó lhó / Sou manezinho mas não sou nenhum bocó
Ó lhó lhó lhó lhó / Eh, eh, tás tolo dás um banho o bocoró (Refrão)

Mofas com a pomba na balaia, já dijaoje tresontonte o quê que é /
Doute uma sova seu rapagi todo tanso /
Se tem pomboca deito e rolo eu sou mané /

Gosto de siri e pirão d água / boi de mamão, camarão e berbigão /
Se vens pra ilha dando uma de dotô /
Eh, eh, tás tolo, te arromba istepô.

Glossário⁵³:

Ó lhó lhó lhó lhó - Expressão de admiração ou sarcasmo.

Bocó e bororó - Pessoa boba, tola ou até ingênuo.

Mofas com a pompa na Balaia - Expressão usada para dizer que uma pessoa não vai alcançar o seu intento.

Dijaoje - Ainda agora, hoje mesmo.

Tresontonte - Antes de ontem.

Doute - dou.

Dotô - Maneira coloquial de pronunciar “Doutor”.

Sova - Surra.

Rapagi - Maneira coloquial de pronunciar “Rapaz”.

Tanso - Tolo.

Pirão d água - Prato feito da mistura de farinha de mandioca com água quente.

Pomboca - lamparina a querosene ou óleo de peixe.

Istepô - Pessoa que não é boa coisa, que não presta, expressão às vezes usada de forma carinhosa.

⁵³

As definições apresentadas neste glossário foram retiradas do Dicionário da Ilha, de Fernando Alexandre, (2003).

A letra destacada acima, logo na primeira frase do refrão, diz: “Sou manezinho, mas não sou nenhum bocó”. Ou seja, há um jogo com os dois sentidos da palavra manezinho. Em seguida, a marchinha continua, falando algumas expressões típicas da ilha: “Ó lhó lhó lhó lho”, expressão de admiração ou sarcasmo; e “Mofas com a pomba na balaia”, usada para dizer que alguém não vai conseguir alcançar um determinado objetivo.

Calibrina segue, destacando traços da cultura e da culinária local: “Gosto de siri e pirão d’água / boi de mamão, camarão e berbigão”. Termina com um “alerta” aos *outsiders*: “Se vens pra ilha dando uma de doto / Eh, eh, tás tolo, te arromba istepô”.

Neste capítulo discutimos brevemente a relação dos chamados “nativos” e os “de fora”, caracterizada por um processo de estigmatização mútuo. Mostramos como o desenvolvimento do turismo contribuiu para mudanças significativas na dinâmica cotidiana dos moradores do Ribeirão e apresentamos uma pequena discussão sobre Turismo e Patrimônio Cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma satisfação chegar ao final de um trabalho de conclusão de curso. Além da sensação de “dever cumprido”, fecha-se um ciclo na minha caminhada. É um rito de passagem, que me habilita a continuar caminhando em busca de novos desafios.

Durante minha incursão em campo me deparei com alguns obstáculos, que foram sendo vencidos à medida que eu ia adentrando os espaços e visitando as teorias. O mais importante deles foi o exercício do distanciamento em relação ao objeto de pesquisa, uma vez que o Ribeirão da Ilha e o festejo do Zé Pereira sempre me foram familiares.

O Ribeirão da Ilha e seus moradores são freqüentemente abordados em trabalhos acadêmicos, por essa razão buscamos um viés ainda não contemplado. A festa do Zé Pereira, segundo informações dos membros da Banda da Lapa, ainda não havia sido privilegiada no contexto destas pesquisas.

Dessa forma, busquei elaborar uma etnografia sobre a festa. Através da análise dos dados levantados em campo e da sua confrontação com a teoria, observamos tanto as mudanças ocorridas ao longo do tempo no centenário Zé Pereira como a sua continuidade, concebendo-a, assim, como um Bem de Referência para a comunidade. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, procurei mostrar como a folia do Zé Pereira é compartilhada pelos envolvidos. Sejam moradores da localidade, sejam músicos da Banda da Lapa todos vivenciam o sentimento de pertencimento em relação ao festejo.

O Zé Pereira entre 1895 e 1930 fazia parte de uma programação carnavalesca tradicional no Ribeirão da Ilha. Além dele, havia banhos à fantasia, desfile de carros alegóricos, entrudo e apresentação de blocos carnavalescos em clubes e envolviam parte da comunidade do lugar e os integrantes da Banda Nossa Senhora da Lapa. Os foliões confeccionavam suas próprias fantasias e organizavam-se em blocos para acompanhar o Zé Pereira. Hoje, esta antiga forma de festejar tomou grandes proporções, o que reflete a sua dinâmica. Mas isto não impede a sua permanência na memória dos moradores da Freguesia, que ainda dela participam no domingo que antecede o início do carnaval.

No exercício de entender o Zé Pereira parti de dois pontos teóricos distintos, Patrimônio e Festa, dois universos aparentemente distantes, mas que, neste estudo de caso, foram complementares e essenciais para alcançar os objetivos propostos: compreender uma Referência Cultural que ganha forma por meio da festa.

Para Gonçalves (2005), um Patrimônio precisa encontrar ressonância em meio a aqueles que compartilham dos seus valores e significados. A pesquisa realizada leva a concluir pela existência de ressonância na Festa do Zé Pereira.

Ela não é somente compartilhada pelos seus foliões, ela é compartilhada também entre os membros da Banda da Lapa, que, ao fazerem uso dessa folia para se preparar para o carnaval desde o início do século XX, contribuem inclusive para sua continuidade e visibilidade.

A partir da década de 1970, o Ribeirão da Ilha passou por grandes mudanças, como o surgimento da maricultura e a criação da Festa do Camarão, sendo que esta última acabou se apropriando do festejo do Zé Pereira para “garantir” público, isto nos mostra uma possível mercantilização desse bem de referência da comunidade. Também pode ser observado nos dias de hoje em que o evento atrai pessoas interessadas na comercialização de produtos para serem consumidos pelos foliões.

O número de pessoas que vão a festa vem aumentando gradativamente. Em dia de festa há pessoas de toda à parte da cidade que se deslocam para brincar o Zé Pereira no Ribeirão da Ilha. Este fato contribuiu para mudanças na maneira como o festejo é percebido e produzido por nossos interlocutores.

Dos depoimentos colhidos, podemos inferir que duas idéias coexistem entre os moradores locais. Na primeira, a festa é vista como um replica do passado e, “não sendo mais como antigamente”, deve acabar. A segunda, pensa a festa como uma tradição e por esse motivo deve ser mantida, mesmo que isso signifique conviver com alguns transtornos em dias de folia. Um ponto de tensão que merece destaque refere-se à relação dos chamados “nativos” e com os “de fora”, marcada pela estigmatização mútua.

Por fim, ao longo desta etnografia, busquei apresentar a festa do Zé Pereira embasada em teóricos brasileiros que trabalham com a temática como um momento de lazer positivo. Uma festa dinâmica, que se recria e reordena, um evento em que os foliões buscam renovar suas energias e esquecer os problemas cotidianos. No Zé Pereira passado e presente unem-se na memória da comunidade. E novas paisagens são criadas entre aqueles que não partilham desse passado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. In: **Sociedade e Cultura. Revista de pesquisas e debates em Ciências Sociais**. Universidade Federal de Goiás. Vol.8, Nº 2, 2005.

ALEXANDRE, Fernando. **Dicionário da ilha: falar e falares da Ilha de Santa Catarina**. 21. ed. Florianópolis: Cobra Coralina, 1994.

AMARAL, Rita. Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que "não é sério". Disponível em publicação eletrônica na Internet, via WWW. URL: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html>> Acesso em: 15.03.2009

ANICO, Marta. A Pós-Modernização da Cultura: Patrimônio e Museus na Contemporaneidade. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 2005.

Banda Nossa Senhora da Lapa. Disponível em: <<http://bandadalapa.hisite.com.br/>> Acesso em: 10.12.2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Papyrus, 1989.

BIROU, Alain. **Dicionário das Ciências Sociais**. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. (2 vols), Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1969.

CASTELLS, Alicia N. G., et alii. **Inventário Nacional de Referências Culturais. Sertão de Valongo - Porto Belo/SC**. (Relatório de pesquisa). 2007

-----, Políticas de patrimônio: entre a exclusão e o direito à cidadania In: **Revista O Público e o privado, do Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará**. No. 10, Julho/Dezembro 2007.

----- Registro do patrimônio Imaterial, Inclusão Social pela porta da Cultura. **Diálogos transversais**. PPGAS-UFSC, 2007.

CAILLOIS, Roger. **O homem e o Sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1970.

CLIC RBS. Disponível em:

<<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer.getBlog&template=3948.dwt§ion=Blogs&post=151159&blog=583&coldir=1&topo=4254.dwt&espname=carnaval>>. Acesso em: 16/02/09.

Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/11/ 2007.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis - Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

----- Mensagem das festas: reflexões em torno do sistema ritual e da identidade brasileira. In **Revista Sexta Feira**, São Paulo: Pletora, 1998.

Decreto presidencial Nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3551.htm>. Acesso em: 21/01/2010

DURKHEIM, Émile. **As formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema Totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil Meridional. Uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura. Açores e litoral**

catarinense: um livro para o Ensino Fundamental. Florianópolis: Ed. do autor, 1998.

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, tomo 88, vol. 142, 1920.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 6. ed. Curitiba: Posigraf, 2004.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Águas, 1998.

FILHO, Américo Pellegrini. **Dicionário Enciclopédico de Ecologia & Turismo**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2000.

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**. In FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PINSKY, Jaime. (org.) Turismo e patrimônio cultural. 4. ed São Paulo: Contexto, 2007.

Fundação Catarinense de Cultura. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimonio/imaterial.htm>> Acesso em: 04/ 11 / 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios. In **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 2005.

Guia Floripa. Disponível em:

< <http://www.guiafloripa.com.br/turismo/praias/ribeirao.php3> >. Acesso em: 03/11/ 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP& A, 2004.

Hino do Manezinho. Disponível em:

< http://blogdodisma.blogspot.com/2008_02_01_archive.html> Acesso em: 2012.2009.

Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LACERDA, Eugenio Pascele. **O atlântico Açoriano, uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade.**(tese) Doutorado em Antropologia Social.Florianópolis: UFSC, 2003.

Lima, Claudia M. de Assis Rocha. **Revista História do Folclore** - Edição Especial. Raízes Brasileiras/Mart Shopping, 1997.

MAGNANI, José G. C. **Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade.** São Paulo: Hucitec, 1998.

----- Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. in:MAGNANI, J.G.C. e TORRES, L.L. (org.) **Na Metrópole: textos de antropologia urbana.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Fapesp, 1996.

----- **O lazer na cidade.** Texto apresentado ao Condephaat para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 4 de julho de 1994. Disponível on-line via www em: <<http://www.n-a-u.org>>. Capturado em: 14 nov. 2007.

Núcleo de estudos Açorianos. Disponível em < <http://www.nea.ufsc.br/> >, Acesso em: 06/07/2007.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Ribeirão da Ilha – Vida e Retratos: Um Distrito em Destaque.**Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: < <http://portal.pmf.sc.gov.br>> . Acesso em: 05/11/2009.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Leis Municipais. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/advancedsearchnew2.pl> >. Acesso em: 06/07/2007.

QUINTANEIRO, Tânia et al. Introdução. In: **Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RIAL, Carmen. Manezinho: de ofensa a troféu. **Série: Antropologia em primeira mão**.N. 48. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social/UFSC Florianópolis: n. 48, 2001.

SANTOS, Sílvio Coelho dos.**Nova História de Santa Catarina**.Florianópolis: UFSC, 2004.

SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A. Disponível em: < <http://www.santur.sc.gov.br> >. Acesso em: 05/11/2009.

SEGALEN, Martine. **Ritos e Rituais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SOL – Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina. Disponível em: < <http://www.sol.sc.gov.br/> > Acesso em: 05.01.2010.

TAMASO, Izabela. A Expansão do patrimônio: Novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. **Serie Antropologia**. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. 390.Brasília, 2006.

VELHO, Gilberto.Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Apr. 2006, Vol.12, No.1, p.237-248.